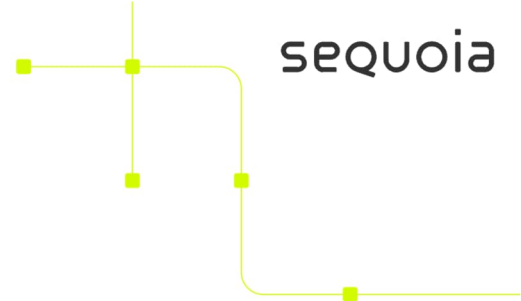




Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Sequoia Logística e Transportes S.A.

31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente

Sequoia Logística e Transportes S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas..... 1

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Balanços patrimoniais..... 4

Demonstrações dos resultados 6

Demonstrações dos resultados abrangentes 7

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido..... 8

Demonstrações dos fluxos de caixa..... 9

Demonstração do valor adicionado..... 10

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas..... 11



Shape the future
with confidence

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas da

Sequoia Logística e Transporte S.A. – em recuperação extrajudicial

Barueri - SP

Abstenção de opinião

Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Sequoia Logística e Transporte S.A. – em recuperação extrajudicial (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas pois, devido à relevância do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Base para abstenção de opinião

Chamamos a atenção para a Nota 2.5 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas que indica que a Sequoia Logística e Transportes S.A. incorreu no prejuízo de R\$1.094.265 mil e R\$1.278.391 mil, individual e consolidado, respectivamente, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e, conforme o balanço patrimonial nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$496.900 mil e R\$594.917 mil, individual e consolidado, respectivamente. Adicionalmente, conforme descrito na Nota 2.5 e 26 às demonstrações financeiras, a Sequoia Logística e Transportes S.A. em conjunto com a Transportadora Americana S.A., controladora da Companhia, ajuizaram o pedido de Recuperação Extrajudicial junto ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e tendo sido deferido em 21 de outubro de 2024. Nos termos da Lei 11.101/2005, a Companhia e suas controladas apresentaram plano de recuperação extrajudicial, incluindo a discriminação dos meios de recuperação a serem empregados e demonstrando suas viabilidades econômicas e a avaliação dos seus bens e ativos. Considerando a situação patrimonial e financeira e que a Companhia e suas controladas estão em fase de execução do plano de recuperação extrajudicial e que a continuidade operacional dependerá do cumprimento do referido plano que foi homologado em 19 de março de 2025, não nos foi possível determinar, no estágio atual, qual será o desfecho deste assunto e seus impactos sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



**Shape the future
with confidence**

A Companhia e suas controladas apresentam, em 31 de dezembro de 2024, no consolidado, imposto de renda e contribuição social diferido, obrigações trabalhistas, tributárias, bem como parcelamentos fiscais dos quais aguardam deferimento da proposta de renegociação e regularização de seus débitos a serem negociados para sanar a totalidade de suas dívidas tributárias e previdenciárias. Dessa forma, não nos foi possível determinar se algum ajuste seria necessário nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, devido ao desfecho desse assunto quando regularizados. Consequentemente, não nos foi possível efetuar procedimentos de auditoria que nos permitissem concluir sobre os eventuais ajustes decorrentes desses assuntos no balanço patrimonial, demonstração de resultado e nos elementos componentes das demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas nessa data, bem como, concluirmos se o pressuposto de continuidade, base para a elaboração dessas demonstrações financeiras, é apropriado.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Fomos contratados para examinar, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, preparadas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Devido à relevância dos assuntos descritos na seção “Base para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria. Consequentemente, não expressamos uma opinião sobre as demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas acima referidas.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Shape the future
with confidence

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido ao assunto descrito na seção intitulada “Base para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

São Paulo, 11 de junho de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O



Lázaro Angelim Serruya
Contador CRC DF-015801/O

Sequoia Logística e Transportes S.A.

Balanços patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	2024	2023	2024	2023
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	13.075	23.238	21.853	30.045
Contas a receber	6	20.373	152.774	133.720	222.862
Instrumentos financeiros derivativos	11.2	-	-	7.746	-
Tributos a recuperar	7	-	34.534	8.732	57.633
Adiantamentos		737	3.839	1.192	4.633
Despesas antecipadas		2.417	5.732	5.327	8.856
Demais contas a receber		7.480	9.316	8.331	9.806
Total do ativo circulante		44.082	229.433	186.901	333.835
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Ativos de indenização na aquisição de empresas	8.6	-	-	6.249	6.232
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	204.173	207.821	259.995	240.729
Partes relacionadas	23	16.676	15.354	2.996	1.843
Depósitos judiciais	15.3	13.639	2.929	33.594	16.920
Demais contas a receber		10.141	6.084	10.141	6.084
Tributos a recuperar	7	-	-	1.649	-
Investimentos	8	441.296	373.771	8.866	4.046
Imobilizado	9	61.038	78.926	128.034	117.369
Intangível	10	26.655	176.749	512.111	630.672
Direito de uso	12	39.769	194.962	81.620	203.402
Total do ativo não circulante		813.387	1.056.596	1.045.255	1.227.297
Total do ativo		857.469	1.286.029	1.232.156	1.561.132

Sequoia Logística e Transportes S.A.

Balancos patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (continuação)

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	2024	2023	2024	2023
Circulante					
Fornecedores e operações de risco sacado	13	337.402	109.751	349.757	140.272
Empréstimos, financiamentos e debêntures	11.1	59.318	261.621	144.455	269.552
Instrumentos financeiros derivativos	11.2	-	32.019	-	32.019
Passivo de arrendamento	12	27.912	55.404	42.471	62.038
Obrigações tributárias	14	19.695	66.155	63.893	159.034
Parcelamentos fiscais	14.1	9.311	18.524	20.294	26.966
Obrigações trabalhistas	14.3	38.344	36.430	53.642	52.281
Partes relacionadas	23	1.525	-	-	-
Contas a pagar por aquisição de investimentos	8.5	4.355	1.575	11.414	4.622
Outros passivos	16	43.120	42.211	95.892	45.155
Total do passivo circulante		540.982	623.690	781.818	791.939
Não circulante					
Fornecedores e operações de risco sacado	13	-	8.381	-	10.299
Empréstimos, financiamentos e debêntures	11.1	741.809	184.191	756.673	184.191
Passivo de arrendamento	12	27.255	195.805	63.514	201.688
Parcelamentos fiscais	14.1	34.319	39.831	50.436	57.678
Outros passivos tributários	14.2	86.153	-	171.538	-
Partes relacionadas	23	133.751	97.980	212	-
Contas a pagar por aquisição de investimentos	8.5	-	1.638	13.228	17.211
Impostos diferidos passivos		-	-	15.700	-
Provisões para demandas judiciais	15	51.574	16.947	302.372	180.560
Outros passivos	16	-	-	1.226	-
Total do passivo não circulante		1.074.861	544.773	1.374.899	651.627
Total do passivo		1.615.843	1.168.463	2.156.717	1.443.566
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)					
Capital social	17.1	1.002.385	915.155	1.002.385	915.155
Gastos com emissão de ações	17.1	(69.498)	(69.317)	(69.498)	(69.317)
Reserva de capital	17.3	9.539	8.225	9.539	8.225
Reserva de lucro	17.2	9.969	9.969	9.969	9.969
Debêntures conversíveis	17.4	354.909	224.947	354.909	224.947
Prejuízos acumulados		(2.065.678)	(971.413)	(2.065.678)	(971.413)
		(758.374)	117.566	(758.374)	117.566
Participação de não controladores	5	-	-	(166.187)	-
		(758.374)	117.566	(924.561)	117.566
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		857.469	1.286.029	1.232.156	1.561.132

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Sequoia Logística e Transportes S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto pelo resultado por ação)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receita operacional líquida	18	155.587	587.707	769.016	744.741
Custos dos serviços prestados	19	(298.138)	(627.939)	(794.183)	(831.536)
Prejuízo bruto		(142.551)	(40.232)	(25.167)	(86.795)
Despesas operacionais:					
Despesas comerciais, administrativas e gerais	19	(394.189)	(316.808)	(626.994)	(552.729)
Outras receitas (despesas), líquidas	20	57.978	(19.405)	55.435	(60.189)
Impairment ágio	20	(164.558)	-	(480.577)	-
Resultado de equivalência patrimonial	8	(284.159)	(366.779)	(507)	(3.519)
		(784.928)	(702.992)	(1.052.643)	(616.437)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(927.479)	(743.224)	(1.077.810)	(703.232)
Despesas financeiras	21	(170.114)	(202.752)	(215.012)	(255.281)
Receitas financeiras	21	6.976	6.036	17.404	8.405
		(163.138)	(196.716)	(197.608)	(246.876)
Resultado antes do imposto de renda e a contribuição social		(1.090.617)	(939.940)	(1.275.418)	(950.108)
Imposto de renda e contribuição social – corrente	22	-	-	(6.540)	-
Imposto de renda e contribuição social – diferido	22	(3.648)	117.718	3.567	127.886
Prejuízo do exercício		(1.094.265)	(822.222)	(1.278.391)	(822.222)
Atribuído aos:					
Acionistas controladores		(1.094.265)	(822.222)	(1.094.265)	(822.222)
Acionistas não controladores		-	-	(184.126)	-
Prejuízo por ação atribuível aos acionistas controladores da Companhia (expresso em R\$ por ação)					
Prejuízo básico por ação	17.5	(53,54850)	(86,48048)	(53,54850)	(86,48048)
Prejuízo diluído por ação	17.5	(53,54850)	(86,48048)	(53,54850)	(86,48048)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Sequoia Logística e Transportes S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Prejuízo do exercício	(1.094.265)	(822.222)	(1.278.391)	(822.222)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente	(1.094.265)	(822.222)	(1.278.391)	(822.222)
Atribuído aos:				
Acionistas controladores	(1.094.265)	(822.222)	(1.094.265)	(822.222)
Acionistas não controladores	-	-	(184.126)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Sequoia Logística e Transportes S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

			Reserva de capital	Reserva de lucros					
	Capital social	Gastos com emissão de ações	Plano de pagamento com base em ações	Reserva de incentivos fiscais	Prejuízos acumulados	Instrumentos convertíveis em ações	Total	Participação de não controladores	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023	655.649	(24.247)	6.148	9.969	(149.190)	-	498.329	3.061	501.389
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(822.222)	-	(822.222)	-	(822.222)
Aumento de capital	100.169	(111)	-	-	-	-	100.058	-	100.058
Plano de pagamento com base em ações	-	-	2.077	-	-	-	2.077	-	2.077
Integralização de debêntures convertíveis	-	-	-	-	-	341.546	341.546	-	341.546
Conversão de debêntures em capital	159.337	(44.959)	-	-	-	(116.599)	(2.221)	-	(2.221)
Obrigações com quotistas do FIDC Sequoia	-	-	-	-	-	-	-	(3.061)	(3.061)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	915.155	(69.317)	8.225	9.969	(971.413)	224.947	117.566	-	117.566
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(1.094.265)	-	(1.094.265)	(184.126)	(1.278.391)
Aumento de capital	1.068	-	-	-	-	-	1.068	-	1.068
Plano de pagamento com base em ações	-	-	1.314	-	-	-	1.314	-	1.314
Conversão de debêntures em capital	86.162	-	-	-	-	(86.162)	-	-	-
Instrumentos patrimoniais convertíveis	-	(181)	-	-	-	216.124	215.943	17.939	233.882
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.002.385	(69.498)	9.539	9.969	(2.065.678)	354.909	(758.374)	(166.187)	(924.561)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Sequoia Logística e Transportes S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Atividades operacionais				
Prejuízo do exercício	(1.090.617)	(939.940)	(1.275.418)	(950.108)
Ajustes para conciliar o resultado antes do imposto de renda e contribuição social a itens que não afetam o caixa	677.266	680.099	860.505	526.606
Depreciação e amortização	62.258	70.045	143.527	150.971
Baixa de imobilizado e intangível	2.055	-	25.325	-
Resultado de equivalência patrimonial	284.159	366.779	507	3.519
Juros provisionados	57.205	131.652	62.605	142.251
Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos	32.019	15.351	24.273	15.351
Ajuste de preço	-	(8.943)	-	36.732
Plano de pagamento com base de ações	1.314	2.077	1.314	2.077
Impairment de intangível e imobilizado e ágio	186.355	9.507	480.577	6.300
Provisões e outros itens que não afetam caixa	51.901	93.631	122.377	169.405
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social ajustado por itens que não afetam caixa	(413.351)	(259.841)	(414.913)	(423.502)
Variações nos ativos e passivos operacionais	482.994	126.713	491.641	141.013
Contas a receber	170.771	4.832	140.974	24.267
Adiantamentos e Despesas antecipadas	6.417	11.396	6.970	12.207
Tributos a recuperar	34.534	7.400	48.901	13.225
Partes relacionadas	37.142	57.344	(941)	(1.843)
Fornecedores	219.270	(35.298)	199.186	(31.988)
Obrigações trabalhistas e tributárias	41.607	74.205	77.758	109.569
Depósito judicial	(10.710)	(2.532)	(16.674)	(5.311)
Parcelamentos fiscais	(14.725)	-	(13.914)	-
Outros ativos e passivos	(1.312)	9.366	49.381	20.887
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	69.643	(133.128)	76.728	(282.489)
Atividades de investimentos				
Acréscimo de imobilizado e intangível	(3.850)	(8.069)	(6.328)	(11.429)
Aumento de capital e Adiantamento para futuro aumento de capital	48.101	(173.063)	5.327	-
Aquisição de participação em controlada e controlada em conjunto	42.609	(11.872)	-	(19.166)
Aumento de capital	1.068	-	1.068	-
Contas a pagar por aquisição de empresas	1.142	7.500	2.792	7.500
Fluxo de caixa gerado pelas aplicado nas atividades de investimentos	89.070	(185.504)	2.859	(23.095)
Atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	381.956	389.192	506.040	408.755
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures – principal	(480.815)	(243.514)	(507.934)	(247.197)
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures - juros	(35.525)	-	(41.866)	-
Amortização de arrendamentos	(34.492)	(63.673)	(44.019)	(74.966)
Aumento de capital, líquido dos custos de transação	-	100.058	-	100.058
Obrigações com quotistas do FIDC Sequoia	-	-	-	(13.273)
Aplicações financeiras restritas	-	46.011	-	42.902
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	(168.876)	228.074	(87.779)	216.279
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(10.163)	(90.558)	(8.192)	(89.305)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	23.238	113.796	30.045	119.350
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	13.075	23.238	21.853	30.045
	(10.163)	(90.558)	(8.192)	(89.305)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Sequoia Logística e Transportes S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas	209.530	537.766	872.757	616.768
Receita de prestação de serviço	174.899	687.197	882.837	874.348
Provisão para perdas de crédito esperadas	(21.539)	(129.849)	(63.707)	(196.997)
Outras receitas (despesas) operacionais	56.170	(19.582)	53.627	(60.583)
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS, PIS e COFINS)	(591.739)	(517.048)	(1.481.082)	(705.466)
Custos dos serviços prestados	(142.768)	(411.449)	(618.369)	(512.585)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(284.413)	(105.599)	(382.136)	(192.881)
Impairment ágio	(164.558)	-	(480.577)	-
Valor adicionado bruto	(382.209)	20.718	(608.325)	(88.698)
Retenções	(62.258)	(70.045)	(143.527)	(150.971)
Depreciação e amortização	(62.258)	(70.045)	(143.527)	(150.971)
Valor adicionado líquido produzido	(444.467)	(49.327)	(751.852)	(239.669)
Valor adicionado recebido em transferência	(277.183)	(360.468)	16.897	5.228
Resultado de equivalência patrimonial	(284.159)	(366.779)	(507)	(3.522)
Receitas financeiras	6.976	6.311	17.404	8.750
Valor adicionado total a distribuir	(721.650)	(409.795)	(734.955)	(234.441)
Distribuição do valor adicionado	721.650	409.795	734.955	234.441
Pessoal e encargos	(164.766)	(212.502)	(194.303)	(310.164)
Remuneração direta	(129.105)	(166.483)	(153.755)	(246.678)
Benefícios	(25.016)	(36.546)	(29.343)	(49.355)
F.G.T.S.	(10.645)	(9.473)	(11.205)	(14.131)
Impostos e taxas e contribuições	(27.945)	13.743	(123.508)	(8.150)
Federais	(19.797)	40.589	(109.021)	30.410
Estaduais	(3.508)	(18.072)	(8.332)	(28.333)
Municipais	(4.640)	(8.774)	(6.155)	(10.227)
Juros e aluguéis	(179.904)	(213.668)	(225.625)	(269.467)
Remuneração de capitais próprios	1.094.265	822.222	1.278.391	822.222
Participação dos acionistas não controladores	-	-	184.126	-
Prejuízos retidos	1.094.265	822.222	1.094.265	822.222

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1. Informações sobre a Companhia

A Sequoia Logística e Transportes S.A. ("Companhia" ou "Sequoia Transportes") é uma sociedade anônima de capital aberto listada no segmento do mercado de ações da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão denominado Novo Mercado, sob o código de transação "SEQL3", e tem sede localizada na Alameda Rio Negro, 500, 6º andar, sala 601, Bairro Alphaville, Barueri, Estado de São Paulo, Brasil.

Possui entre suas principais atividades a prestação de serviços de logística. Ainda, se destaca por implantar soluções integradas de logística e transporte, com uso intensivo de tecnologia e sistemas que suportam as atividades operacionais e de interface com seus clientes, desenvolvendo sistemas customizados para atendimento pleno das operações.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros do Conselho de Administração em 11 de junho de 2025.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreende as normas e regulamentos emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

2.2 Base de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade opera ("moeda funcional"), que no caso da Companhia é o Real ("R\$"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico exceto pelos (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado; (ii) o valor justo de investimento mensurado pelo valor justo e (iii) valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos em combinação de negócios.

Adicionalmente, A Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R\$ 000), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Companhia e de suas controladas. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional vigente na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor nas datas dos balanços. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

2.4 Demonstração do Valor Adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela Norma Brasileira de Contabilidade CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado – aplicável às companhias abertas. As normas internacionais – *International Financial Reporting Standards* (IFRS) – não requerem esta apresentação. Sendo assim, à luz das normas internacionais, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. A finalidade da DVA é evidenciar a riqueza criada pelo Grupo durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes.

2.5 Declaração de continuidade

A Companhia apresenta um prejuízo acumulado de R\$ 2.065.678 em 31 de dezembro de 2024 e, naquela data, o passivo circulante da controladora e consolidado excedia o ativo circulante em R\$ 496.900 e R\$ 594.917, respectivamente, fatores que podem indicar a existência de incerteza quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

A Companhia estruturou um plano de reestruturação e está aplicando ações visando a redução dos prejuízos apresentados e está atuando junto aos credores financeiros e não financeiros visando a adequação das condições de pagamento, obtendo os seguintes resultados em 31 de dezembro de 2024 e em período subsequente à apresentação dessas demonstrações financeiras:

- i) Conclusão da reestruturação das dívidas bancárias;
- ii) Início de sinergia com Move3, adquirida em 28 de março de 2024;
- iii) Em 21 de outubro de 2024 foi deferido o processamento do pedido de homologação do Plano de Recuperação Extrajudicial (RE) da Sequoia e da Transportadora Americana; e
- iv) Em 28 de outubro de 2024, a Companhia protocolou pedido de transação individual das dívidas de tributos federais junto a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN.

A seguir detalhamos os itens acima:

- i) Como parte do processo de reestruturação financeira, o Conselho de Administração aprovou em 22 de março de 2024 a colocação privada de debêntures mandatoriamente conversíveis (6ª emissão), no montante de até R\$470.000, em 2 séries, uma integralizada em moeda corrente e outra série integralizada utilizando créditos detidos anteriormente remanescente da 4ª emissão de debêntures. Durante o exercício de 2024, houve a integralização de R\$86.162 em moeda corrente e a integralização de R\$341.151 através da conversão de dívidas dos principais bancos credores.

Ainda, a Companhia concluiu uma negociação com os bancos credores dos empréstimos de capital de giro que não aderiram à conversão da 6ª emissão de debêntures, repactuando os termos e condições dos contratos vigentes, de forma a alongar o prazo de pagamento, que terá início com o pagamento de juros em 2027 e amortização do principal entre 2029 e 2031.

Em 26 de agosto de 2024, a Companhia encerrou a oferta pública para emissão de 131.598 debêntures mandatoriamente conversíveis em ações (7ª emissão), com valor de R\$1.000, perfazendo o total de R\$131.598, sendo R\$20.593 da Primeira Série, que foram subscritas e integralizadas mediante dação em pagamento de créditos ou em moeda corrente nacional, e R\$111.005 da Segunda Série, que foram subscritas e integralizadas pelo preço de integralização, à vista, mediante dação em pagamento de debêntures da 4ª emissão. Com essa emissão a Companhia gerou R\$ 20.593 de caixa utilizado em rescisões trabalhistas e desmobilização de centros de distribuição.

- ii) Em 28 de março de 2024, a Transportadora Americana, controlada da Companhia, concluiu a aquisição integral da Move3 Administração e Participações S.A. (“Move3”) e encontra-se em período de implementação dos planos de sinergia para redução dos custos e despesas.

No mesmo sentido acima, como parte do processo de simplificação da atual estrutura societária, a administração aprovou as incorporações da Levoo Tecnologia e Serviços de Informação do Brasil Ltda. e da Rodoe Transporte de Encomendas Ltda. pela Carriers Logística e Transporte Ltda., assim como, da JHO Administração e Participações Ltda. pela Transportadora Americana S.A. Uma vez que as empresas apresentavam a mesma estrutura de gestão e administração, este movimento representa para o Grupo redução de custos com obrigações acessórias, simplificações dos processos de *back-office*, entre outros. Conforme evidenciado na nota 26, os processos de incorporação ocorreram no 1º trimestre de 2025. Essas incorporações não necessariamente alteram as marcas.

- iii) Homologação Plano de Recuperação Extrajudicial

A Sequoia Transportes e a Transportadora Americana pediram a homologação de um plano de recuperação extrajudicial (“Plano de RE”) perante o Juízo 1ª Vara Regional de Competência Empresarial de Conflitos Relacionados à Arbitragem da 1ª RAJ (“Juízo Recuperacional”), processo autuado sob o nº 1003015- 19.2024.8.26.0260.

O Plano de RE conta com aprovação de aproximadamente 54% dos credores sujeitos, abrangendo todos os créditos não-financeiros existentes na data do pedido em 11 de outubro de 2024, nos termos do art. 161, §1º, da Lei 11.101/2005, os quais totalizavam R\$ 311.279.

O Plano de RE prevê as seguintes formas de pagamento:

Opção 1: Deságio: não há. Carência: não há. Pagamento: Conversão integral em ações da Sequoia (SEQL3), com preço de exercício de R\$ 8,00. Limite: o aumento de capital para subscrição com dívida será limitado a R\$ 110.000 em créditos optantes a serem convertidos.

Opção 2: Deságio: não há. Carência: 60 meses contados da homologação judicial. Pagamento: 36 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira após o prazo de carência. Limite: não há. Condição de taxa: IPCA.

Opção 3: Deságio: 70% sobre o saldo devedor. Carência: 12 meses contados da homologação judicial. Pagamento: 84 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira após o prazo de carência. Limite: o pagamento desta opção será limitado a R\$ 10.000 em créditos optantes. Condição de taxa: IPCA.

Opção 4: Deságio: 50% sobre o saldo devedor. Pagamento: (i) em dinheiro à vista de 2/5 do saldo devedor após o deságio, a ser realizado dentro de 120 dias corridos a contar da homologação judicial, ou 31 de janeiro de 2025, o que ocorrer primeiro; e (ii) pagamento em dinheiro de 3/5 do saldo devedor após o deságio, em 15 prestações mensais e consecutivas, com início 30 dias corridos após o pagamento em dinheiro à vista do item (i). Condição de taxa: as parcelas do item (ii) serão corrigidos pelo IPCA. Limite: o pagamento desta opção será limitado a R\$ 64.000 em créditos optantes. Credor Fornecedor Colaborador: para eleger esta opção, os credores devem se enquadrar na definição de Credor Fornecedor Colaborador.

Opção 5: Deságio: 70% sobre o saldo devedor. Pagamento: em dinheiro à vista do saldo devedor após o deságio, a ser realizado dentro de 30 dias corridos a contar da homologação judicial. Limite: o pagamento desta opção será limitado a R\$ 17.000 em créditos optantes. Credor Fornecedor Colaborador: para eleger esta opção, os credores devem se enquadrar na definição de Credor Fornecedor Colaborador.

Em 19 de março de 2025, a juíza homologou o plano de recuperação extrajudicial e o montante total, que após ajustes dos valores, atingiu R\$ 328.743.

- iv) Em 28 de outubro de 2024, a Companhia protocolou pedido de revisão da capacidade de pagamento e de transação da dívida fiscal em aberto na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN e na Receita Federal do Brasil totalizando R\$ 433.069 naquela data. A Companhia solicita a concessão de descontos sobre juros e multa, bem como a utilização de prejuízos fiscais e bases negativas para liquidação de parte do saldo remanescente.

2.6 Resultado por ação

Em 29 de maio de 2024, foi aprovado o grupamento de ações na razão de 20 ações para 1 e, por isso, estamos apresentando o efeito decorrente desse grupamento no período findo em 31 de dezembro de 2024:

	Prejuízo básico		Prejuízo diluído	
	Apresentado Atualmente	Originalmente apresentado	Apresentado Atualmente	Originalmente apresentado
Prejuízo do período	(822.222)	(822.222)	(822.222)	(822.222)
Quantidade média ponderada de ações em circulação – em milhares	9.508	190.152	9.508	190.152
Prejuízo básico por ação – em R\$	(86,48048)	(4,32402)	(86,48048)	(4,32402)

3. Base de consolidação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

O resultado das controladas adquiridas é incluído nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Os exercícios sociais das controladas incluídos na consolidação são coincidentes com os da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme na Companhia consolidada. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As transações entre a controladora e as empresas controladas são realizadas em condições e preços estabelecidos entre as partes, que buscam seguir condições de mercado.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem as operações da Companhia e suas controladas, apresentadas a seguir:

			País sede	Percentual de participação	
Participação direta		Principal atividade		2024	2023
Transportadora Americana Ltda. ("Transportadora Americana")	(a)	Logística e transporte	Brasil	57,5%	100%
Lithium Software Ltda. ("Frenet")	(b)	Plataforma digital	Brasil	-	100%
SF 350 Ltda. ("SFX")	(c)	Intermediação	Brasil	-	100%

(a) Transportadora Americana foi adquirida em 28 de fevereiro de 2020.

(b) Frenet foi adquirida em 5 de abril de 2021 e vendida em 5 de dezembro de 2024.

(c) SFX foi constituída em 2 de setembro de 2021, estava sem atividades desde sua constituição e suas atividades foram encerradas em 3 de março de 2025.

			Percentual de participação		
Participação indireta		Principal atividade	País sede	2024	2023
JHO Administração e Participações Ltda. ("JHO")	(d)	Holding	Brasil	100%	-
Rodoe Transportes de Encomendas Ltda. ("Rodoe")	(d)	Logística e transporte	Brasil	100%	-
M3 Pagamentos Ltda. ("M3")	(d)	Fintech	Brasil	100%	-
ILGJ Logística e Transporte Ltda. ("Moove")	(d)	Logística e transporte	Brasil	100%	-
Carriers Logística e Transporte Ltda. ("Carriers")	(d)	Logística e transporte	Brasil	100%	-
MRR LOGISTICS SOLUTIONS, UNIPESSOAL LTDA. ("MRR")	(d)	Logística e transporte	Portugal	100%	-
Flash Courier Ltda. ("Flash")	(d)	Serviços	Brasil	100%	-
Levoo Tecnologia e Serviços de Informação do Brasil Ltda. ("Levoo")	(d)	Intermediação	Brasil	100%	-

(d) Empresa adquirida em 28 de março de 2024.

A Companhia não possui controle sobre a seguinte empresa na qual possui participação societária e, portanto, é apresentada no grupo de investimentos:

Participação indireta	Principal atividade	País sede	Percentual de participação	
			2024	2023
GHSX Tecnologia e Intermediação ("Drops") (e)	Intermediação	Brasil	51%	51%

(e) Drops foi constituída em 8 de agosto de 2021 sob controle compartilhado.

4. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas respectivas notas explicativas.

Práticas contábeis de transações consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras. As informações relevantes estão sendo evidenciadas nas demonstrações financeiras e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

Ressalta-se, ainda, que as práticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente, estão consistentes com os exercícios anteriores apresentados e são comuns à controladora e controlada, sendo que, quando necessário, as demonstrações financeiras das controlada são ajustadas para atender este critério.

4.1 Classificação entre circulante e não circulante

A Companhia e suas controladas apresentam ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Espera-se realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca, ou seja, utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Espera-se realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante, quando aplicável.

4.2. Informações por segmento

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócios dos quais podem ser obtidas receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal tomador de decisões e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

Todas as decisões tomadas pelo Conselho de Administração são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de transporte e logística e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de transporte e logística como passível de reporte.

4.3. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

As normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas não vigentes até a data da emissão destas demonstrações financeiras, as quais a Companhia e suas controladas não esperam impactos significativos na aplicação destas alterações ou não se aplicam, estão abaixo apresentadas:

- IFRS 7/IAS 7 - Acordos de financiamento de fornecedores.

Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia e que lhe são aplicáveis, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras;
- IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações;
- CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado;
- CPC 02 (R2) e CPC 37 (R1) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia e suas controladas.

4.4. Estimativas, julgamentos e premissas contábeis materiais

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

Provisões

As provisões são reconhecidas quando existe a obrigação presente (legal ou não formalizada) em virtude de um evento passado, é provável de que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação e seja possível fazer uma estimativa confiável do valor dessa obrigação. Nas hipóteses em que a Companhia e suas controladas possuem a expectativa de reembolso da totalidade ou de parte da provisão - como por exemplo, em virtude de um contrato de seguro - o reembolso é reconhecido como um ativo à parte, mas somente quando é praticamente certo. A despesa relacionada à eventual provisão é registrada no resultado do exercício, líquida do eventual reembolso.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O teste de recuperação ("*impairment test*") tem por objetivo apresentar o valor real líquido de realização de um ativo. Esta realização pode ser de forma direta ou indireta, respectivamente, por meio de venda ou pela geração de caixa na utilização do ativo nas atividades da Companhia e suas controladas.

A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada.

Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

O valor de recuperação de um ativo é definido como sendo o maior entre o valor justo do ativo ou o valor em uso de sua Unidade Geradora de Caixa (UGC), salvo se o ativo não gerar entradas de caixa que sejam predominantemente independentes das entradas de caixa dos demais ativos ou grupos de ativos. Se o valor contábil de um ativo ou UGC exceder seu valor recuperável, o ativo é considerado não recuperável e é constituída uma provisão para desvalorização com a finalidade de ajustar o valor contábil para seu valor recuperável. Na avaliação do valor recuperável, o fluxo de caixa futuro estimado é descontado ao valor presente, adotando-se uma taxa de desconto, que representa o custo de capital, antes dos impostos, que reflita as avaliações atuais do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

As perdas por não recuperação são reconhecidas no resultado do exercício em categorias de despesas consistentes com a função do respectivo ativo não recuperável. A perda por não recuperação reconhecida anteriormente somente é revertida se houver alteração das premissas adotadas para definir o valor recuperável do ativo no seu reconhecimento inicial ou mais recente, exceto no caso do ágio que não pode ser revertido em períodos futuros.

Provisão para demandas judiciais

A Companhia e suas controladas são partes de diversos processos judiciais e administrativos. As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A probabilidade de perda considera como principais critérios de avaliação o resultado histórico das ações judiciais (êxitos e perdas) da Companhia, o tempo médio de duração dos processos, as provas produzidas nos autos (se a defesa depender de matéria probatória) e o cenário jurisprudencial, de forma a se municiar de elementos que indicam o valor a ser provisionado conforme o caso, observada a legislação aplicável e a opinião dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Tributos

Em virtude da natureza e complexidade dos negócios, as diferenças entre os resultados efetivos e as premissas adotadas ou as futuras alterações dessas premissas podem acarretar futuros ajustes de receitas e despesas tributárias já registradas. A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas razoáveis, para as possíveis consequências de inspeções das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como a experiência de fiscalizações anteriores e as diferentes interpretações da regulamentação fiscal pela entidade contribuinte e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem referir-se a uma grande variedade de questões, dependendo das condições vigentes no domicílio da respectiva entidade.

São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos referentes a todos os prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que haverá um lucro tributável contra o qual os prejuízos possam ser compensados. A definição do valor do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos que podem ser reconhecidos exige um grau significativo de julgamento por parte da Administração, com base nas estimativas de lucro e no nível de lucro real tributável futuro.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisão para créditos com expectativa de liquidação duvidosa

A provisão para créditos com expectativa de liquidação duvidosa é constituída em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização de contas a receber. Para determinar a suficiência da provisão sobre contas a receber de clientes são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos sem garantia real e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada provisão no balanço em montante suficiente para cobertura da perda provável.

4.5. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais não se tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas não possuíam ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia e suas controladas ao custo amortizado inclui contas a receber de clientes.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Esta categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais não estejam classificados de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Dividendos sobre investimentos patrimoniais listados também são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando houver sido constituído o direito ao pagamento.

Um derivativo embutido em um contrato híbrido com um passivo financeiro é separado do passivo e contabilizado como um derivativo separado se: a) as características e aos riscos econômicos não estiverem estritamente relacionados às características e riscos econômicos do contrato principal; b) o instrumento separado, com os mesmos termos que o derivativo embutido, atenda à definição de derivativo; e c) o contrato híbrido não for mensurado ao valor justo, com alterações reconhecidas no resultado. Derivativos embutidos são mensurados ao valor justo, com mudanças no valor justo reconhecidas no resultado.

Uma reavaliação somente ocorre se houver uma mudança nos termos do contrato que modifique significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam necessários ou uma reclassificação de um ativo financeiro fora da categoria de valor justo por meio do resultado.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que se espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas: (i) para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses); (ii) para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

No contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia e suas controladas aplicam uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas, reconhecendo uma provisão para perdas com base em expectativas históricas de perdas em cada data-base, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

A Companhia e suas controladas consideram um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos e quando informações internas ou externas indicam ser improvável o recebimento integral de valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia e suas controladas incluem fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;

Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e

Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas explicativas.

Não houve transferência entre classificação de nível dos instrumentos financeiros em 2024 e 2023. Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras por categoria, bem como os respectivos valores justos, são os seguintes:

Controladora					
	Hierarquia do valor justo	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor contábil	Valor Justo
Saldos em 31 de dezembro de 2024					
Ativos financeiros:					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	13.075	-	13.075	13.075
Contas a receber	Nível 2	-	20.373	20.373	20.373
Passivos financeiros:					
Fornecedores e operações de risco sacado	Nível 2	-	(337.402)	(337.402)	(337.402)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Nível 2	-	(741.809)	(741.809)	(741.809)
Parcelamento de impostos	Nível 2	-	(43.630)	(43.630)	(43.630)
Contas a pagar por aquisição de investimentos	Nível 2	-	(4.355)	(4.355)	(4.355)

Consolidado					
	Hierarquia do valor justo	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor contábil	Valor Justo
Saldos em 31 de dezembro de 2024					
Ativos financeiros:					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	21.853	-	21.853	21.853
Instrumentos derivativos	Nível 2	7.746	-	7.746	7.746
Contas a receber	Nível 2	-	133.720	133.720	133.720
Passivos financeiros:					
Fornecedores e operações de risco sacado	Nível 2	-	(349.757)	(349.757)	(349.757)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Nível 2	-	(756.673)	(756.673)	(756.673)
Parcelamentos fiscais	Nível 2	-	(70.730)	(70.730)	(70.730)
Contas a pagar por aquisição de investimentos	Nível 2	-	(24.642)	(24.642)	(24.642)

Considerações sobre riscos

Riscos de crédito

A operação da Companhia e de suas controladas compreendem a prestação de serviços de logística, representados principalmente pelo transporte de cargas em geral, regido por contratos específicos, os quais possuem determinadas condições e prazos, estando substancialmente indexados a índices de reposição inflacionária para período superior a um ano. A Companhia adota procedimentos específicos de seletividade e análise da carteira de clientes, visando prevenir perdas por inadimplência.

Riscos de liquidez

É o risco de a Companhia e suas controladas não possuírem recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

Risco de taxa de juros

A Companhia obtém empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras para fazer frente às necessidades de caixa para investimento e crescimento.

Em decorrência do citado acima, a Companhia está exposta ao risco de taxa de juros referenciadas em CDI.

Gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar a manutenção de uma classificação de crédito forte e uma razão de capital bem estabelecida a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor dos acionistas. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

A gestão de capital pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Empréstimos, financiamentos e debêntures	741.809	445.812	756.673	453.743
Instrumentos financeiros derivativos	-	32.019	(7.746)	32.019
Contas a pagar por aquisição de investimentos	4.355	3.213	24.642	21.833
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(13.075)	(23.238)	(21.853)	(30.045)
Dívida líquida	733.089	457.806	751.716	477.550
Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)	(758.374)	117.566	(924.561)	117.566
Patrimônio líquido e dívida líquida	1.491.463	575.372	1.676.277	595.116

Valorização dos instrumentos financeiros

A mensuração da totalidade dos instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas corresponde apenas às características do Nível 2:

Nível 2

Caixa e equivalentes de caixa - os valores contábeis das aplicações financeiras em Certificado de Depósitos Bancários mensuradas ao custo amortizado aproximam-se dos seus valores justos em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós fixados.

Empréstimos, financiamentos e debêntures, instrumentos financeiros derivativos, fornecedores e operações de risco sacado, parcelamento de impostos e contas a pagar por aquisição de investimentos - os valores contábeis são mensurados por seu custo amortizado e divulgados a valor justo.

Contas a receber - estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes estejam próximos de seus valores justos de mercado, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

Operações com instrumentos derivativos

Em 17 de janeiro de 2022, a Companhia firmou contrato de *equity swap*, em linha com o contrato de recompra de ações assinado em 11 de janeiro de 2022, que foi liquidado em 25 de maio de 2024, no contexto da reestruturação financeira. Ainda, sua controlada Moove, passou a utilizar contratos de *swap* para proteger-se contra riscos de taxas cambiais. Esses contratos foram classificados como instrumentos financeiros derivativos e reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato é celebrado e subsequentemente remensurado mensalmente ao valor justo, sendo os ajustes lançados diretamente na demonstração do resultado. Será classificado como um ativo financeiro quando o valor justo apurado for positivo ou passivo financeiro quando esse valor justo for negativo.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação e acredita que os controles internos existentes são adequados para controlar os riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado financeiro.

Os contratos de *swaps* firmados no âmbito do *equity swap*, possuem o valor notional indicado na data de cada negociação e possibilita que a Companhia pague um taxa pós-fixada indexada ao CDI e receba a oscilação do valor de suas ações listadas na B3.

O valor justo dos contratos de *swap* foi calculado considerando os índices divulgados pela B3, os dados disponíveis na data do cálculo e uma metodologia de cálculo específica para esse tipo de transação.

Análise de sensibilidade

A Companhia está exposta à variação no Certificado de Depósito Interbancário (CDI), indexador de empréstimo em moeda nacional e dos rendimentos de aplicações financeiras (CDB). Com a finalidade de verificar a sensibilidade desses indexadores foram definidos três cenários diferentes.

Para o cenário provável, segundo avaliação preparada pela Administração, foi considerada uma oscilação de 5%. Adicionalmente, são demonstrados outros dois cenários (A e B). A Companhia assumiu uma oscilação de 25% (cenário A) e de 50% (cenário B - cenário de situação extrema) nas projeções. A análise de sensibilidade para cada tipo de risco considerado relevante pela Administração está apresentada na tabela a seguir:

Transação	Risco	Consolidado			
		2024	Provável	Cenário A	Cenário B
Empréstimos e financiamentos indexados ao CDI	Aumento do CDI	(901.128)	5.479	27.372	54.744
Instrumentos financeiros derivativos	Aumento do CDI	7.746	(47)	(235)	(471)
Contas a pagar por aquisição de investimentos	Aumento do CDI	(24.642)	150	749	1.497
Aplicações financeiras indexadas ao CDI	Queda do CDI	5.381	(31)	(131)	(218)
	CDI (aumento) ¹	12,15%	12,76%	15,19%	18,23%
	CDI (queda) ¹	12,15%	11,57%	9,72%	8,10%

1) CDI divulgado pela CETIP.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

Os saldos bancários a descoberto representam contas correntes garantidas, as quais são apresentadas como parte de empréstimos e financiamentos de forma consistente com sua natureza de atividade de financiamento e não como parte de caixa e equivalentes de caixa uma vez que não há outras contas correntes mantidas junto à respectiva instituição financeira, as quais pudessem compensar o saldo devedor.

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Companhia e suas controladas consideram como equivalentes de caixa uma aplicação financeira com vencimentos diários resgatáveis com o próprio emissor, sem perda significativa de valor.

Os títulos possuem rentabilidade compatível com a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e são mantidos junto a instituições financeiras renomadas e em Fundos de investimentos financeiros, com remunerações próximas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa	-	85	1	143
Bancos conta movimento	12.712	19.302	16.471	25.256
Aplicações financeiras em CDB (a)	363	3.851	5.381	4.646
Caixa e equivalentes de caixa (b)	13.075	23.238	21.853	30.045

(a) O saldo de aplicações financeiras está representado, substancialmente, por Certificado de Depósitos Bancários ("CDB"), predominantemente em bancos com grau de investimento, cuja classificação de rating está entre AA e AAA, com liquidez imediata e remuneradas a uma taxa entre 20% e 102% do CDI.

(b) Os saldos de caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de alta liquidez com vencimento inferior a 90 dias, não sujeitos a risco de mudança de taxas de juros ou inflação, e não há restrições ao uso dos recursos apresentados. A redução no saldo entre 31 de dezembro de 2024 e 2023 está relacionada, principalmente, a decisões operacionais e estratégicas adotadas no período, incluindo o uso de recursos para sustentar a operação e apoiar iniciativas de crescimento. Esses desembolsos foram planejados e estão alinhados com a estratégia de negócios da empresa para o exercício de 2024.

6. Contas a receber

Ativos de contrato

Um ativo de contrato é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Se a Companhia e suas controladas desempenharem suas atividades transferindo bens ou serviços ao cliente antes que este pague a contraprestação ou antes que o pagamento seja devido, é reconhecido um ativo de contrato pela contraprestação adquirida, que é condicional.

Contas a receber de clientes

Um recebível representa o direito da Companhia e suas controladas a um valor de contraprestação incondicional (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido). São registradas e mantidas nos balanços pelos valores nominais das vendas e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída com base na análise de risco da totalidade da carteira de clientes e respectiva probabilidade de recebimento.

A política contábil para reconhecimento de provisão para perdas de créditos esperadas encontra-se na nota 4.4.

A composição do contas a receber pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Cientes (b)	15.435	95.812	100.318	202.095
Cientes a faturar (a)	18.791	109.185	60.913	100.110
	34.226	204.997	161.231	302.205
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas (b)	(13.853)	(52.223)	(27.511)	(79.343)
	20.373	152.774	133.720	222.862

- (a) Serviços prestados que serão faturados em períodos subsequentes, sendo registrados pelo regime de competência.
(b) Em 2024 houve baixa efetiva de valores a receber no montante de R\$ 49.947 na controladora e R\$ 105.499 no consolidado, em conta de perdas, no grupo de Despesas comerciais nas Demonstrações dos resultados.

A idade do contas a receber pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
A vencer	26.262	123.929	117.924	144.304
Vencidos				
Vencidos de 1 a 30 dias	-	3.699	11.538	12.479
Vencidos de 31 a 90 dias	-	4.469	3.249	9.027
Vencido de 91 a 180 dias	-	13.000	1.063	21.285
Vencido de 181 a 365 dias	86	36.421	8.250	60.121
Vencidos há mais de 365 dias	7.878	23.479	19.207	54.989
Subtotal – vencidos	7.964	81.068	43.307	157.901
	34.226	204.997	161.231	302.205

A movimentação da provisão para perdas de crédito esperada pode ser assim apresentada:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2023	(43.394)	(64.508)
Adição	(8.829)	(14.835)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(52.223)	(79.343)
Adição por aquisição	-	(10.858)
Baixa	38.370	62.690
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(13.853)	(27.511)

O prazo médio consolidado de recebimento é de aproximadamente 24 dias (97 dias em 31 de dezembro de 2023).

7. Tributos a recuperar

A composição do saldo dos tributos a recuperar pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
PIS e COFINS (a)	-	17.291	1.087	22.783
ICMS (b)	-	-	5.591	2.153
IRPJ e CSLL – antecipação	-	-	-	1.413
INSS (c)	-	10.057	3.638	23.965
Impostos retidos	-	5.873	65	5.887
Outros	-	1.313	-	1.432
	-	34.534	10.381	57.633
Circulante	-	34.534	8.732	57.633
Não circulante	-	-	1.649	-

A redução dos saldos deve-se à compensação dos créditos com os impostos a pagar nas mesmas rubricas.

- (a) Refere-se a não inclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS. Em 2021, a Companhia obteve o trânsito em julgado de seu processo, o que possibilitou o registro do montante de R\$5.999 (principal) nos tributos a recuperar com contrapartida na linha de Outras receitas e despesas no resultado do período.
- (b) Referente ao crédito de ICMS proveniente da aquisição de controlada.
- (c) Refere-se, substancialmente, ao recálculo do INSS pago ao Sistema S tendo como base o limite de 20 salários-mínimos ao invés de ter como base a folha de pagamento.

8. Investimentos

A Companhia controla uma entidade quando conduz unilateralmente suas políticas financeiras e operacionais, se expondo aos retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade.

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

Investimentos em *joint ventures* decorrem de participações em empresas cujo controle é compartilhado com uma ou mais partes e nenhuma das partes conduz unilateralmente suas políticas financeiras e operacionais, restando a Sequoia apenas o direito sobre os ativos líquidos dessa entidade. Esses investimentos são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e não são consolidados.

O investimento em controladas e joint ventures inclui a mais valia decorrente do valor justo de ativos tangíveis e intangíveis contabilizados na aquisição da participação pelo método de aquisição. Ganhos ou perdas resultantes de alterações na participação societária em controladas, que não resultem em perda de controle, são contabilizados diretamente no patrimônio líquido.

A composição dos investimentos pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Investimentos em controladas	432.430	369.725	-	-
Investimentos em controlada em conjunto	8.866	4.046	8.866	4.046
	441.296	373.771	8.866	4.046
Investimentos em controladas, controlada em conjunto e coligada	441.296	373.771	8.866	4.046
	441.296	373.771	8.866	4.046

8.1. Investimentos em controladas, controlada em conjunto e coligada

A movimentação e composição do saldo podem ser assim apresentadas:

	Controladora					
	Transportadora Americana	Direcional	Frenet	Drops	Lincros	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023	540.616	-	21.302	1.479	25.338	588.735
Resultado de equivalência patrimonial	(359.973)	-	(3.287)	(640)	(2.879)	(366.779)
Adiantamento para futuro aumento de capital e aumento de capital	151.569	-	18.287	3.207	-	173.063
JSCP de 2019, reclassificado em 2023	1.211	-	-	-	-	1.211
Transferência para ativo mantido para venda	-	-	-	-	(22.459)	(22.459)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	333.423	-	36.302	4.046	-	373.771
Resultado de equivalência patrimonial	(279.957)	-	(3.695)	(507)	-	(284.159)
Adiantamento para futuro aumento de capital	53.588	-	(10.814)	5.327	-	48.101
Valor pago em dinheiro pela aquisição de participação	42.609	-	-	-	-	42.609
Contribuição (aporte) da controladora	307.966	-	-	-	-	307.966
Baixa por <i>impairment</i>	(25.199)	-	-	-	-	(25.199)
Baixa por venda	-	-	(21.793)	-	-	(21.793)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	432.430	-	-	8.866	-	441.296
Controladas	432.430	-	-	-	-	432.430
Controlada em conjunto	-	-	-	8.866	-	8.866
Ágio na aquisição de investimento	-	-	-	-	-	-
Investimentos	432.430	-	-	8.866	-	441.296

	Consolidado		
	Drops	Lincros	Total
	(a)		
Saldos em 1º de janeiro de 2023	1.479	25.338	26.817
Resultado de equivalência patrimonial	(640)	(2.879)	(3.519)
Adiantamento para futuro de capital	3.207	-	3.207
Transferência para ativo mantido para venda	-	(22.459)	(22.459)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.046	-	4.046
Resultado de equivalência patrimonial	(507)	-	(507)
Adiantamento para futuro aumento de capital	5.327	-	5.327
Saldos em 31 de dezembro de 2024	8.866	-	8.866
Controlada em conjunto	8.866	-	8.866
Investimento	8.866	-	8.866

- (a) O saldo de Ágio na aquisição de investimento (que contempla ativos identificados e passivos assumidos quando da aquisição do investimento) são apresentados como Investimento no consolidado até que o controle seja obtido, momento no qual esses valores são reclassificados para as contas de sua natureza.

As principais informações financeiras das controladas diretas e indiretas podem ser assim apresentadas:

31 de dezembro de 2024					
Controlada	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo) do período
Transportadora Americana	735.028	(459.928)	(275.100)	79.773	(436.025)

31 de dezembro de 2023					
Controlada	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo) do período
Transportadora Americana	669.200	(380.137)	(289.063)	144.059	(348.317)
Frenet	18.865	(15.127)	(3.738)	14.269	(1.550)

As principais informações da controlada em conjunto e da coligada podem ser assim apresentadas:

31 de dezembro de 2024							
Investida	% de participação	% de capital votante	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo) do período
Drops	51%	51%	9.421	(15.622)	6.201	11.310	(993)

31 de dezembro de 2023							
Investida	% de Participação	% de capital votante	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo) do período
Drops	51%	51%	9.232	(14.394)	5.162	6.513	(1.255)

8.2. Venda da Frenet

Em setembro de 2024, a Companhia publicou a decisão de alienar ativos não estratégicos visando uma estratégia de reforço de aumento de capital. Naquele momento, o investimento na Frenet atendeu os critérios para classificação como ativo não circulante mantido para venda.

Em 5 de dezembro de 2024, a Companhia concluiu a venda do investimento na Frenet pelo valor líquido de R\$ 34.822. Esse valor foi recebido parte R\$ 27.258 à vista e R\$ 6.058 será retido para fazer frente a potenciais contingências e a diferença refere-se a R\$ 1.506 dívida líquida. O valor retido será liberado em 5 anos, iniciando em janeiro de 2026, em uma média anual que varia de 11% a 28% do valor total retido. Os valores a receber está apresentado no grupo de “Demais contas a receber” e o resultado da venda apresentado no resultado em “Outras receitas e despesas”:

	R\$ (000)
Ativo	
Ágio na aquisição de investimento	19.049
Investimento	2.745
Ativo classificado como mantido para venda	21.794
Passivo	
Mútuo	(7.585)
Obrigações diretamente associadas ao ativo classificado como mantido para venda	(7.585)
Ativos líquidos diretamente associados ao grupo do ativo mantido para venda	14.209
Valor de venda	(34.822)
Lucro contábil na venda	20.613

8.3. Combinação de negócios

Política Contábil

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a estas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

Aquisição da Move3 Administração e Participações S.A. ("Move3")

Em 28 de março de 2024, após a satisfação das condições precedentes, o que inclui a aprovação da transação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), a controlada Transportadora Americana finalizou a aquisição da Move3, momento no qual passou a deter o controle de 100% dos negócios. A Move3, holding de empresas que atuam no ramo de transporte e logística, era composta pelas seguintes empresas:

1. Move 3 Administração e Participações S.A. ("Move3")
2. JHO Administração e Participações Ltda. ("JHO")
3. Rodoê Transportes de Encomendas Ltda. ("Rodoê")
4. M3 Pagamentos Ltda. ("M3")
5. ILGJ Logística e Transporte Ltda. ("Moove")

6. Carriers Logística e Transporte Ltda. (“Carriers”)
7. MRR LOGISTICS SOLUTIONS, UNIPessoal LDA. (“MRR”)
8. Flash Courier Ltda. (“Flash”)
9. Levoo Tecnologia e Serviços de Informação do Brasil Ltda. (“Levoo”)

A Companhia mensurou a contraprestação transferida pela aquisição da totalidade das ações da Move3 no valor de R\$ 375.905. No ato do fechamento, a Transportadora Americana efetuou o pagamento de R\$ 50.000, sendo que o saldo restante, de R\$ 325.905, será quitado mediante a emissão de novas ações da Sequoia Logística e Transportes S.A.

a) Alocação do valor justo

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis da Move3 foi registrado de forma preliminar conforme apresentado a seguir:

	Valor justo reconhecido na aquisição
Ativos	
Caixa e equivalentes de caixa	7.391
Contas a receber	57.689
Impostos a recuperar	5.062
Imobilizado	42.840
Intangível	
Software	2.943
Outros intangíveis	11.742
Carteira de clientes	151.696
Cláusula de não concorrência	8.925
Direito de uso	43.302
Demais ativos	2.493
	334.083
Passivos	
Empréstimos, financiamentos e derivativos	(117.936)
Arrendamentos mercantis	(46.721)
Fornecedores	(33.173)
Obrigações trabalhistas e tributárias	(28.098)
Provisão para demandas judiciais	(1.100)
Passivo contingente	(2.921)
Outros passivos	(4.112)
	(234.061)
Total de ativos líquidos identificáveis	
	100.022
Ágio gerado na aquisição	275.883
Total da contraprestação	
	375.905
Fluxo de caixa na aquisição	
Caixa pago, líquido de caixa adquirido (classificado como Atividades de investimento)	42.609
Caixa a ser pago pela aquisição	42.609

O valor justo do contas a receber de clientes é de R\$57.689, os quais se espera que sejam recebidos integralmente.

O ágio gerado de R\$275.883 compreende o valor dos benefícios econômicos futuros oriundos das sinergias decorrentes da aquisição. As principais premissas para a alocação dos ativos intangíveis utilizaram a taxa de desconto de 16,8% a.a., crescimento na perpetuidade de 3,5% a.a. e crescimento anual da receita líquida de 16% a.a. para período de abril de 2024 a dezembro de 2027. A partir de 2028, a ROL (Receita Operacional Líquida) foi projetada considerando o crescimento do PIB e reajustada pelo IPCA projetado apresentando uma taxa de crescimento médio anual de 7,1% a.a.

(b) Método de mensuração e vida útil dos intangíveis identificados

A Companhia contratou empresa de consultoria especializada para auxiliar no processo de alocação do preço de compra. A mensuração dos ativos intangíveis referente a carteira de clientes foi calculada considerando o modelo de “*Income Approach – Multi Period Excess Earnings*” e a mensuração dos ativos intangíveis referente ao acordo de não competição foi calculada considerando o modelo de “*With or without*”.

As seguintes vidas úteis foram estimadas:

	Valor alocado	Amortização média em anos
Carteira de clientes	151.696	10
Acordo de não competição	8.925	5

(c) Impacto da aquisição no resultado da Companhia

O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 inclui receitas e despesas atribuíveis aos negócios adicionados e gerados pela Move3. A seguir demonstramos o impacto da receita líquida e do resultado dessa adquirida no resultado do período, sem considerar o efeito da amortização dos ativos intangíveis identificados, desde a data de aquisição e caso ela tivesse sido adquirida desde o início do período:

	a partir da aquisição	desde o início do ano
Receita líquida	519.925	681.644
Lucro líquido (prejuízo)	9.102	(27.621)

8.4. Reestruturação societária

Incorporação da Move3

Em 28 de março de 2024, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da Transportadora Americana, a incorporação da Move3. O principal objetivo desta operação foi proporcionar ganhos operacionais para as empresas. O acervo líquido incorporado está demonstrado a seguir:

	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Acervo líquido incorporado
Move3	68.638	104.824	(143.287)	(87.854)	(57.679)

No mesmo ato, foi aprovada a emissão de 331.000.000 novas ações da Transportadora Americana, as quais foram subscritas pelos antigos acionistas da Move3 e integralizadas mediante a entrega do acervo líquido da Move3.

8.5. Contas a pagar por aquisição de investimentos

O saldo de contas a pagar por aquisição de investimentos representa as parcelas retidas das participações societárias adquiridas que serão desembolsadas após a dedução do valor de possíveis perdas indenizáveis.

A composição e movimentação pode ser assim apresentada:

Controladora							
Adquirida	2023	Pagamentos	Ajuste de preço	Juros CDI	2024	Circulante	Não circulante
Nowlog	2.792	(240)	32	440	3.024	3.024	-
Direcional	421	-	521	389	1.331	1.331	-
	3.213	(240)	553	829	4.355	4.355	-

Controladora								
Adquirida	2022	Pagamentos	Ajuste de preço	Reembolso de contingências	Juros CDI	2023	Circulante	Não circulante
Lótus	8.709	(7.396)	(1.600)	-	287	-	-	-
Nowlog	3.143	(426)	-	(330)	405	2.792	1.575	1.217
Transportadora Americana	-	(4.049)	-	2.576	1.473	-	-	-
Direcional	-	-	-	(157)	578	421	-	421
Frenet (a)	6.850	-	(7.343)	-	493	-	-	-
	18.702	(11.871)	(8.943)	2.089	3.236	3.213	1.575	1.638

- (a) O acordo de aquisição da Frenet considerava o atingimento de determinadas metas e dado ao não atingimento dessas metas, nenhum valor a mais será devido ao vendedor.

Consolidado							
Adquirida	2023	Pagamentos	Ajuste de preço	Juros	2024	Circulante	Não circulante
Nowlog	2.792	(240)	32	440	3.024	3.024	-
Direcional	421	-	521	389	1.331	1.331	-
Prime	2.336	-	-	209	2.545	2.545	-
Plimor	16.284	(306)	-	1.764	17.742	4.514	13.228
	21.833	(546)	553	2.802	24.642	11.414	13.228

Consolidado								
Adquirida	2022	Pagamentos	Ajuste de preço	Reembolso de contingências	Juros CDI	2023	Circulante	Não circulante
Lótus	8.709	(7.396)	(1.600)	-	287	-	-	-
Nowlog	3.143	(426)	-	(330)	405	2.792	1.575	1.217
Transportadora Americana	-	(4.049)	-	2.576	1.473	-	-	-
Direcional	-	-	-	(156)	577	421	-	421
Prime	-	(1.954)	3.744	(198)	744	2.336	1.520	816
Frenet (a)	6.850	-	(7.343)	-	493	-	-	-
Plimor (b)	34.444	(5.342)	(14.893)	(1.327)	3.402	16.284	1.527	14.757
	53.146	(19.167)	(20.092)	565	7.381	21.833	4.622	17.211

- (a) O acordo de aquisição da Frenet considerava o atingimento de determinadas metas e dado ao não atingimento dessas metas, nenhum valor a mais será devido ao vendedor, resultando na redução da dívida em R\$7.343, o qual foi reconhecido em Outras receitas no resultado.
- (b) A Companhia firmou um termo de transação junto aos vendedores da Plimor, de forma a reestruturar o fluxo de pagamento de sua dívida, resultando na redução da dívida em R\$14.893, o qual foi reconhecido em Outras receitas no resultado.

8.6. Ativos de indenização na aquisição de empresas

Refere-se a obrigação contratual de indenização por perdas pelos vendedores.

A composição pode ser assim apresentada:

Consolidado		
	2024	2023
Direcional	3.074	3.057
Prime	3.175	3.175
	6.249	6.232

9. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo, líquido da depreciação acumulada e/ou das perdas por não recuperação acumuladas, se houver. O custo inclui o montante de reposição ou substituição dos equipamentos e os custos de captação de empréstimos para projetos de construção de longo prazo, se satisfeitos os critérios de reconhecimento. Quando componentes significativos do imobilizado são repostos, tais componentes são reconhecidos como ativos individuais, com vidas úteis e depreciação específica. Da mesma forma, quando realizada uma reposição significativa, seu custo é reconhecido no valor contábil do equipamento como reposição, desde que satisfeitos os critérios de reconhecimento. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado do exercício conforme incorridos.

A depreciação do imobilizado é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. As taxas de depreciação estão demonstradas a seguir:

Categoria de ativos	Taxa média de depreciação anual (%)
Veículos e caminhões	10
Instalações	10
Máquinas e equipamentos	6,67
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de informática	5
Benfeitorias em bens de terceiros	Prazo de contrato
Outras imobilizações	10

Itens do imobilizado e eventuais partes significativas são baixados quando de sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros derivados de seu uso ou alienação.

Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos são incluídos no resultado do exercício. O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável.

A Companhia não capitalizou custos de empréstimos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

A composição e movimentação do imobilizado pode ser assim apresentada:

	Controladora								
	Veículos e caminhões	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Benfeitorias em bens de terceiros	Imobilizado em andamento	Outras imobilizações	Total
<i>Custo:</i>									
Em 1º de janeiro de 2023	33.730	10.051	36.464	7.619	19.036	24.651	22.220	9.626	163.397
Adições	86	-	48	71	1.036	-	5.525	12	6.778
Baixas	(1.059)	-	-	-	-	-	-	-	(1.059)
Transferências	-	-	12.377	15.275	5.956	-	(27.745)	(5.863)	-
Em 31 de dezembro de 2023	32.757	10.051	48.889	22.965	26.028	24.651	-	3.775	169.116
Adições	-	-	-	16	133	-	-	3.701	3.850
Baixas	(4.449)	(1.426)	(1.008)	(5)	(936)	(861)	-	(603)	(9.288)
Em 31 de dezembro de 2024	28.308	8.625	47.881	22.976	25.225	23.790	-	6.873	163.678
<i>Depreciação:</i>									
Em 1º de janeiro de 2023	(29.764)	(6.066)	(9.755)	(4.129)	(12.072)	(10.210)	-	(2.632)	(74.628)
Depreciação	(1.817)	(797)	(4.089)	(1.446)	(4.158)	(3.566)	-	(5)	(15.878)
Baixas	316	-	-	-	-	-	-	-	316
Em 31 de dezembro de 2023	(31.265)	(6.863)	(13.844)	(5.575)	(16.230)	(13.776)	-	(2.637)	(90.190)
Depreciação	(1.332)	(566)	(5.682)	(3.650)	(3.553)	(2.993)	-	(1.907)	(19.683)
Baixas	5.146	100	456	2	930	-	-	599	7.233
Em 31 de dezembro de 2024	(27.451)	(7.329)	(19.070)	(9.223)	(18.853)	(16.769)	-	(3.945)	(102.640)
<i>Valor residual líquido:</i>									
Em 31 de dezembro de 2023	1.492	3.188	35.045	17.390	9.798	10.875	-	1.138	78.926
Em 31 de dezembro de 2024	857	1.296	28.811	13.753	6.372	7.021	-	2.928	61.038

	Consolidado								
	Veículos e caminhões	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Benfeitorias em bens de terceiros	Imobilizado em andamento	Outras Imobilizações	Total
<i>Custo:</i>									
Em 1º de janeiro de 2023	145.366	11.238	66.502	11.348	33.778	31.339	34.693	51.265	385.529
Adições	142	5	55	77	1.036	-	8.620	31	9.966
Baixas	(5.759)	-	(18.229)	(4)	-	(2.253)	(386)	-	(26.631)
Transferência	929	35	23.566	15.275	6.296	(743)	(38.849)	(6.509)	-
Em 31 de dezembro de 2023	140.678	11.278	71.894	26.696	41.110	28.343	4.078	44.787	368.864
Adições por aquisição	4.111	730	46.504	2.850	7.421	3.895	-	185	65.696
Adições	-	219	2.126	73	206	-	3	3.701	6.328
Baixas	(10.758)	(1.423)	(2.033)	(9)	(494)	-	(290)	-	(15.007)
Em 31 de dezembro de 2024	134.031	10.804	118.491	29.610	48.243	32.238	3.791	48.673	425.881
<i>Depreciação:</i>									
Em 1º de janeiro de 2023	(111.643)	(6.877)	(36.613)	(6.938)	(25.401)	(13.819)	-	(42.603)	(243.894)
Depreciação	(12.341)	(899)	(5.926)	(1.646)	(4.691)	(4.165)	-	(90)	(29.758)
Baixas	3.334	-	17.301	-	-	1.522	-	-	22.157
Em 31 de dezembro de 2023	(120.650)	(7.776)	(25.238)	(8.584)	(30.092)	(16.462)	-	(42.693)	(251.495)
Adição por aquisição	(2.412)	(262)	(12.544)	(1.252)	(5.393)	(994)	-	-	(22.857)
Depreciação	(3.860)	(701)	(12.125)	(3.975)	(4.239)	(3.546)	-	(6.923)	(35.369)
Baixas	9.801	104	1.316	14	586	26	-	27	11.874
Em 31 de dezembro de 2024	(117.121)	(8.635)	(48.591)	(13.797)	(39.138)	(20.976)	-	(49.589)	(297.847)
<i>Valor residual líquido:</i>									
Em 31 de dezembro de 2023	20.028	3.502	46.656	18.112	11.018	11.881	4.078	2.094	117.369
Em 31 de dezembro de 2024	16.910	2.169	69.900	15.813	9.105	11.262	3.791	(916)	128.034

10. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

Os ativos intangíveis compreendem principalmente software adquiridos de terceiros, software desenvolvido para uso interno, carteira de clientes e direitos de exclusividade de não concorrência com ex-quotistas de empresas adquiridas.

Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados pelo método linear. O período e o método de amortização são revistos, no mínimo, no encerramento de cada exercício. As alterações da vida útil prevista ou do padrão previsto de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo são contabilizadas alterando-se o período ou o método de amortização, conforme o caso, e tratadas de forma prospectiva como mudanças das estimativas contábeis.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Os ganhos ou perdas, quando aplicável, resultantes do desreconhecimento de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos como receita ou despesa do exercício quando da baixa do ativo. A tabela a seguir apresenta um resumo das políticas aplicadas aos ativos intangíveis da Companhia:

	Software e outros	Ágio	Carteira de Clientes	Cláusula de não concorrência	Mais valia do imobilizado
Vida útil	Definida	Indefinida	Definida	Definida	Definida
Período de amortização	5 anos	-	3 e 10 anos	4 e 5 anos	8 e 10 anos
Método de amortização utilizado	Amortização linear	Não amortiza	Amortização linear	Amortização linear	Amortização linear
Gerados internamente ou adquiridos	Adquiridos e gerados internamente	Adquiridos (combinação de negócios)	Adquiridos (combinação de negócios)	Adquiridos (combinação de negócios)	Adquiridos (combinação de negócios)

Softwares

As despesas relacionadas à manutenção de software são reconhecidas como despesas quando incorridas. As despesas diretamente relacionadas aos softwares desenvolvidos por terceiros e internamente, custos incorridos com empresas de desenvolvimento de software, custo de pessoal alocado diretamente no desenvolvimento de software (desenvolvimento interno) e outros custos diretos. Eles são capitalizados como ativos intangíveis quando é provável que os benefícios econômicos futuros por ele gerados sejam superiores ao seu respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica.

Esses custos são reconhecidos como ativos e são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada, que em geral não é superior a cinco anos.

Ágio e intangíveis identificados na Combinação de negócios

O ágio (“*goodwill*”) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos identificados e passivos assumidos do negócio.

A movimentação pode ser assim apresentada:

	Controladora					
	Software e outros	Ágio	Carteira de Clientes	Cláusula de não concorrência	Mais valia do imobilizado	Total
<i>Custo:</i>						
Em 1º de janeiro de 2023	76.024	139.547	34.642	5.446	6.585	262.244
Adições	1.291	-	-	-	-	1.291
Baixas	(7.955)	-	-	-	-	(7.955)
Em 31 de dezembro de 2023	69.360	139.547	34.642	5.446	6.585	255.580
Baixas	(14.836)	(139.547)	-	-	-	(154.383)
Em 31 de dezembro de 2024	54.524	-	34.642	5.446	6.585	101.197
<i>Amortização:</i>						
Em 1º de janeiro de 2023	(26.007)	-	(30.892)	(4.997)	(6.506)	(68.402)
Amortização	(6.960)	-	(3.750)	(365)	(26)	(11.101)
Baixas	672	-	-	-	-	672
Em 31 de dezembro de 2023	(32.295)	-	(34.642)	(5.362)	(6.532)	(78.831)
Amortização	(10.594)	-	-	(84)	(53)	(10.731)
Baixas	15.020	-	-	-	-	15.020
Em 31 de dezembro de 2024	(27.869)	-	(34.642)	(5.446)	(6.585)	(74.542)
<i>Valor residual líquido:</i>						
Em 31 de dezembro de 2023	37.065	139.547	-	84	53	176.749
Em 31 de dezembro de 2024	26.655	-	-	-	-	26.655

	Consolidado					
	Software e outros	Ágio	Carteira de clientes	Cláusula de não concorrência	Mais valia do imobilizado	Total
<i>Custo:</i>						
Em 1º de janeiro de 2023	94.311	487.534	227.279	34.463	6.452	850.039
Adições	1.463	-	-	-	-	1.463
Baixas	(7.955)	-	-	-	-	(7.955)
Em 31 de dezembro de 2023	87.819	487.534	227.279	34.463	6.452	843.547
Adições	22.682	275.883	151.696	8.925	-	459.186
Baixa por <i>impairment</i>	-	(479.750)	(827)	-	-	(480.577)
Baixas	(17.214)	(9.225)	-	-	-	(26.439)
Em 31 de dezembro de 2024	93.287	274.442	378.148	43.388	6.452	795.717
<i>Amortização:</i>						
Em 1º de janeiro de 2023	(29.949)	-	(104.052)	(16.133)	(6.452)	(156.586)
Amortização	(9.124)	-	(41.835)	(6.002)	-	(56.961)
Baixa	672	-	-	-	-	672
Em 31 de dezembro de 2023	(38.401)	-	(145.887)	(22.135)	(6.452)	(212.875)
Adição por aquisição	(7.728)	-	-	-	-	(7.728)
Amortização	(12.358)	-	(47.823)	(7.069)	-	(67.250)
Baixas/ perda	4.193	-	-	54	-	4.247
Em 31 de dezembro de 2024	(54.294)	-	(193.710)	(29.150)	(6.452)	(283.606)
<i>Valor residual líquido:</i>						
Em 31 de dezembro de 2023	49.418	487.534	81.392	12.328	-	630.672
Em 31 de dezembro de 2024	38.993	274.442	184.438	14.238	-	512.111

Teste de recuperabilidade do ativo intangível ("impairment")

De acordo com CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (IAS 36 - *Impairment of Assets*) ativos devem ser agrupados nos menores níveis para os quais existem fluxos de caixa independentes (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). A Companhia entende que para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, duas UGCs representam a sua operação. Desta forma, os ativos da operação da Companhia Move3, adquirida em 28 de março de 2024, foram testados separadamente, com base nas premissas divulgadas na nota 8.3.

Para a UGC existente, substancialmente representada pelos ativos relacionados com operações existentes em anos anteriores a 2023, a Administração, avaliou a recuperação do valor contábil do ágio registrado e ativos relacionados, utilizando a metodologia do fluxo de caixa descontado, sendo identificado indicador de perda por redução ao valor recuperável. O montante de *impairment* pelo valor de R\$480.577 foi reconhecido durante o exercício.

O processo de determinação do valor em uso envolveu a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros, perpetuidade e taxa de desconto. Tal entendimento está de acordo com o parágrafo 35 do CPC 01 R1 - Redução do Valor Recuperável de Ativos. Todas as premissas utilizadas estão descritas abaixo:

(i) Taxa de desconto dos fluxos de caixa futuro: 23,07% a.a. (15,5% a.a. em 2023). Conforme requerido pela norma contábil, a Administração realizou a reconciliação da taxa de desconto *post-tax* (23,07%) para *pre-tax* (23,51%). Segundo a avaliação da Administração, este é um percentual que reflete o custo de capital ponderado. As taxas de desconto representam a avaliação de riscos no atual mercado levando em consideração o valor do dinheiro pela passagem do tempo e os riscos individuais dos ativos relacionados que não foram incorporados nas premissas incluídas no modelo de fluxo de caixa. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas, sendo derivado de custos médios ponderados de capital (WACC). O WACC leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento efetuado pelos investidores. O custo de dívida é baseado nos financiamentos sujeitos a juros. O risco específico é incorporado mediante a aplicação de fatores individuais beta. Os fatores beta são avaliados anualmente com base nos dados de mercado disponíveis para o público.

(ii) Projeção de fluxo de caixa: taxa de crescimento de perpetuidade esperada de 3,9% (3,5% em 2023). Esta perpetuidade está suportada pela inflação de longo prazo indicada por dados de mercado e pesquisas realizadas.

(iii) Crescimento de receita: taxa média de crescimento da receita de 4,7% a.a. (17,8% a.a. em 2023) foi estimada com base em não oscilações de volumes de clientes existentes e restrições de crédito para capital de giro.

(iv) Margens brutas - Margens brutas foram projetadas considerando o histórico de operações, no orçamento aprovado e na expectativa de melhoria de eficiência previstas. As margens brutas para foram projetadas entre 5% e 75%.

(v) *Market share* – As projeções consideram, de forma conservadora, a perda significativa de *market share* nos períodos iniciais de projeção que serão recuperadas nos próximos anos, mas não retornando ao mesmo patamar de receita de 2024 nos 5 anos seguintes.

(vi) Evolução do resultado operacional: leva em consideração a margem histórica da empresa, estimativa de inflação dos principais custos e despesas e dissídio trabalhista.

(vii) Investimentos: considerados investimentos necessários para a implantação de novos clientes e rotas.

Premissas com impacto relevante utilizadas no cálculo do valor em uso

O cálculo do valor recuperável é mais sensível às seguintes premissas:

(i) Taxa de desconto

(ii) Crescimento na perpetuidade

(iii) Taxas de crescimento usadas para extrapolar fluxos de caixa além do período explícito de 5 anos

➤ Taxa de desconto

A taxa de desconto representa a avaliação de risco no atual mercado. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da Companhia, sendo derivada dos custos de capital médio ponderado.

➤ Crescimento na perpetuidade

A estimativa foi baseada principalmente em:

- ✓ Resultados históricos obtidos pela Companhia e suas controladas;
- ✓ Expectativa de crescimento orgânico em função de aumento de volumetria das operações atuais e reajuste de preço com base na inflação projetada (IPCA do período);
- ✓ Expectativa de crescimento econômico baseado nas projeções divulgadas pelo Banco Central (Boletim Focus); e
- ✓ Expectativa de inflação, medida pelo IPCA.

➤ Taxas de crescimento utilizadas para extrapolar os fluxos de caixa além do período explícito de cinco anos

As taxas são baseadas em pesquisa publicada sobre o segmento de atuação. A taxa de longo prazo utilizada para extrapolar a estimativa inclui ajuste em decorrência da aquisição da Move3 em 28 de março de 2024. A Administração reconhece que a aquisição da Move3 e a reorganização administrativa que está sendo implantada desde o início de 2024 pode ter impacto significativo nas premissas de taxas de crescimento. Espera-se que o efeito da reorganização gere impacto positivo nas previsões contempladas no orçamento a partir de 2026, quando todo processo de reorganização será finalizado comece a gerar as reduções de custos esperadas. O crescimento esperado é de 20,1%a.a., a partir de 2026, em média anual da receita líquida nos próximos 5 anos. Essa média de crescimento é afetada em 2025 por uma redução de receita esperada de 30% devido a venda de controladas e o processo de reorganização trazendo uma curva de crescimento médio de receita líquida para 4,7%a.a.

➤ Sensibilidade a mudanças nas premissas

As implicações das principais premissas para o montante recuperável são discutidas a seguir:

- ✓ Taxa de desconto - a taxa de desconto da Companhia possui sensibilidade desprezível a alterações na projeção de juros, uma vez que mais da metade da composição de seu capital advindo de terceiros é pré-fixada e o quase todo o restante indexado à TJLP, índice estruturalmente pouco suscetível a oscilações;
- ✓ Crescimento na perpetuidade – aplicando-se um fator de redução no crescimento da perpetuidade de 30,0% este crescimento passa dos 3,9% originalmente considerados para 2,73% o que praticamente consideraria decréscimo real no fluxo de caixa operacional, situação que não seria factível em comparação à performance recente do ativo e sua expectativa de crescimento. Utilizando este novo crescimento de perpetuidade, a perda por redução ao valor recuperável seria acrescida em R\$ 5.408.

11. Empréstimos, financiamentos e debêntures e Instrumentos financeiros derivativos

11.1. Empréstimos, financiamentos e debêntures

		Controladora		Consolidado	
% - Taxa ao ano		2024	2023	2024	2023
Capital de giro	Entre 100% CDI até Pré de 28,32% a.a.	160.206	374.713	253.735	380.437
Debêntures	Entre 100% CDI até Pré de 30% a.a.	100.158	73.669	100.158	73.669
Debêntures conversíveis (a)	Entre 100% CDI até Pré de 1% a.a.	549.051	-	549.051	-
Outros	Pré de 11,35% até 19,14% a.a.	1.517	151	8.937	2.358
		810.932	448.533	911.881	456.464
Custos de transação		(9.805)	(2.721)	(10.753)	(2.721)
		801.127	445.812	901.128	453.743
Circulante		59.318	261.621	144.455	269.552
Não circulante		741.809	184.191	756.673	184.191

- (a) Conforme Norma contábil CPC 39 – Instrumentos financeiros as debêntures conversíveis estão classificadas como instrumentos de dívida pelas características especificadas dos instrumentos emitidos nas 4ª, 6ª e 7ª emissões, as quais, determinam que, apesar de terem sua conversibilidade obrigatória em instrumentos patrimoniais, devem ser apresentadas como instrumentos de dívida até sua conversão, mesmo que não haja previsibilidade de conversão em caixa. A exceção de conversão em caixa refere-se à 2ª série da 6ª emissão que apresenta condições precedentes em seu instrumento de emissão, que quando não cumpridas, podem determinar a liquidação em caixa. A Administração vem cumprindo todos as condições precedentes desta debênture e considera remota a conversibilidade por caixa.

A movimentação do saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures pode ser assim apresentada:

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo em 1º de janeiro	448.533	520.736
Fluxos de caixa	(480.815)	(159.527)
Juros pagos	(35.525)	(61.281)
Juros provisionados	39.818	94.627
Novas captações	381.956	295.524
Debêntures conversíveis (a)	549.051	-
Conversão em debêntures	(92.086)	(241.546)
Saldo em 31 de dezembro	810.932	448.533

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo em 1º de janeiro	456.464	512.072
Fluxos de caixa	(507.934)	(162.964)
Juros pagos	(41.866)	(61.256)
Juros provisionados	41.264	95.344
Adição por aquisição	63.204	-
Novas captações	443.784	315.084
Debêntures conversíveis (a)	549.051	-
Conversão em debêntures	(92.086)	(241.546)
Saldo em 31 de dezembro	911.881	456.464

Os montantes registrados no passivo não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora	Consolidado
2026	463.125	465.858
2027	128.727	140.273
2028	6.299	6.314
2029 em diante	143.658	144.228
	741.809	756.673

Os montantes garantidos dos empréstimos podem ser assim apresentados:

	Controladora	Consolidado
Cessão fiduciária de direitos creditórios	161.723	262.671
Garantia fidejussória prestadas pelas controladas	100.158	100.158

A movimentação dos custos de transação pode ser assim apresentada:

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo em 1º de janeiro	(2.721)	(1.807)
Juros provisionados	-	3.194
Novas captações	(7.084)	(4.108)
Saldo em 31 de dezembro	(9.805)	(2.721)

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo em 1º de janeiro	(2.721)	(1.807)
Juros provisionados	632	3.194
Impacto por aquisição	(1.580)	-
Novas captações	(7.084)	(4.108)
Saldo em 31 de dezembro	(10.753)	(2.721)

Em 28 de dezembro de 2023, a Companhia celebrou Instrumento Particular de Acordo Global de Reestruturação de Dívidas Bancárias e outras avenças com seus credores bancários, permitindo um *waiver* com relação a mensuração dos índices financeiros e demais obrigações. Em 22 de março de 2024, o Conselho de Administração, aprovou a colocação privada de debêntures mandatoriamente conversíveis (6ª emissão), no montante de até R\$470.000. Em 21 de maio de 2024, houve a integralização de R\$341.151 através da conversão de dívidas dos principais bancos credores, bem como, no mesmo dia, houve a renegociação de prazo para pagamento do crédito detido pelos credores bancários que optaram por não participar dessa integralização.

Com relação as Debêntures, em 04 outubro de 2023, a Companhia realizou uma Assembleia Geral com a presença de mais de 90% dos debenturistas, em que foram repactuados os principais termos e condições da 3ª emissão e, na qual, estabeleceu-se a não aferição de covenants para índice financeiro até dezembro de 2025. A medição do Índice Financeiro voltará a ser mensurada a partir da divulgação das demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício social findo em 31 dezembro de 2025. O contrato das Debêntures estabelece obrigações restritivas ("Covenants"), entre as quais: (i) prestação de informações contábeis anuais, (ii) inadimplência em transações com instituições financeiras e (iii) manutenção de índices financeiros determinados, definido pelo índice Dívida Líquida/EBITDA, devendo ser menor ou igual a 2,5x ao final do exercício de 2025 em diante.

Para reforço de caixa para rescisões e desmobilizações de centros de distribuição a Companhia contratou em 27 de junho de 2024 uma Nota Comercial no valor de R\$ 20.000, a qual foi integralizada na 1ª série da 7ª emissão de debêntures, com opção facultativa de conversão em equity ou amortização em 36 meses a partir de janeiro de 2026. Ainda no segundo trimestre de 2024, por meio de sua controlada Moove, o grupo contratou capital de giro no montante total de R\$ 55.000, tendo essa operação a finalidade de pré-pagar empréstimos em montante equivalente.

Adicionalmente, registrou-se um aumento de R\$ 26.489 na linha de debêntures da Controladora, devido principalmente a Nota Comercial no valor de R\$ 20.000, conforme mencionado anteriormente, bem como aos juros remuneratórios reconhecidos no período.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia encontrava-se adimplente com todas as condições estabelecidas nos contratos mencionados acima e demais contratos.

11.2. Instrumentos financeiros derivativos

Os contratos de *swap* existentes, vinculados aos contratos de empréstimos, são mensurados ao valor justo. Os valores apurados no final do período podem ser assim apresentados:

Valor nominal	Valor justo		
	Ponta ativa a receber	Ponta passiva (a pagar)	Líquido a receber / (a pagar)
20.000	21.316	(16.940)	4.376
14.000	17.175	(13.805)	3.370
	38.491	(30.745)	7.746

O valor justo é apresentado no ativo circulante dado que a apuração da marcação a mercado apresenta-se positiva para a empresa no final do período do exercício.

A movimentação do saldo de instrumentos financeiros derivativos pode ser assim apresentada:

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo em 1º de janeiro	32.019	39.374
Fluxos de caixa	(33.716)	(22.706)
Juros apropriados	1.697	-
Valor justo dos instrumentos financeiros	-	15.351
Saldo em 31 de dezembro	-	32.019

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo em 1º de janeiro	32.019	39.374
Fluxos de caixa	(33.716)	(22.707)
Juros apropriados	1.697	-
Valor justo dos instrumentos financeiros	7.746	15.352
Saldo em 31 de dezembro	7.746	32.019

12. Direito de uso e Passivo de arrendamento

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

É aplicada uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. São reconhecidos os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Direito de uso

A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo:

Centros de distribuição e demais imóveis: 2 a 12 anos

Caminhões: 5 anos

Sistemas de monitoramento: 5 anos

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na nota 4.4.

A seguir estão os valores contábeis dos ativos de direito de uso (brutos do PIS e COFINS) reconhecidos e as movimentações durante o período:

Controladora						
	Vida útil (anos)	2023	Adições e renegociações	Baixas	Depreciação	2024
Centros de distribuição e imóveis	2 a 12	155.033	21.551	(147.153)	(21.727)	7.704
Caminhões	5	39.680	2.265	-	(9.880)	32.065
Sistemas de monitoramento	5	249	40	(52)	(237)	-
		194.962	23.856	(147.205)	(31.844)	39.769

Controladora						
	Vida útil (anos)	2022	Adições e renegociações	Baixas	Depreciação	2023
Centros de distribuição e imóveis	2 a 12	205.510	1.733	(14.895)	(37.315)	155.033
Caminhões	5	50.261	-	-	(10.581)	39.680
Sistemas de monitoramento	5	539	-	-	(290)	249
		256.310	1.733	(14.895)	(48.186)	194.962

		Consolidado					
	Vida útil (anos)	2023	Adição por aquisição	Adições e renegociações	Baixas	Depreciação	2024
Centros de distribuição e imóveis	2 a 12	163.473	43.167	24.090	(150.385)	(30.791)	49.554
Caminhões	5	39.680	-	2.266	-	(9.880)	32.066
Sistemas de monitoramento	5	249	-	40	(52)	(237)	-
		203.402	43.167	26.396	(150.437)	(40.908)	81.620

Consolidado						
	Vida útil (anos)	2022	Adições e renegociações	Baixas	Depreciação	2023
Centros de distribuição e imóveis	2 a 12	267.601	1.816	(46.303)	(59.640)	163.473
Caminhões	5	50.261	-	-	(10.581)	39.680
Sistemas de monitoramento	5	539	-	-	(290)	249
		318.401	1.816	(46.303)	(70.511)	203.402

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados nesta data, durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas controladas usam as suas taxas de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

A seguir informamos o impacto no balanço dos juros nominais embutidos do passivo de arrendamento:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fluxo nominal	65.357	340.305	132.735	354.123
(-) Juros embutidos	(10.190)	(89.096)	(26.750)	(90.397)
	55.167	251.209	105.985	263.726
Passivo circulante	27.912	55.404	42.471	62.038
Passivo não circulante	27.255	195.805	63.514	201.688

Os vencimentos do saldo do não circulante estão demonstrados a seguir:

	Controladora	Consolidado
2026	13.890	20.497
2027	12.867	17.045
2028	423	5.038
2029	75	5.172
De 2030 em diante	-	15.762
	27.255	63.514

A movimentação do passivo de arrendamento pode ser assim apresentada:

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo em 1º de janeiro	251.209	300.939
Fluxos de caixa	(34.492)	(63.673)
Juros provisionados	17.387	30.594
Novos arrendamentos	23.856	1.733
Baixas	(202.793)	(18.384)
Saldo em 31 de dezembro	55.167	251.209

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo em 1º de janeiro	263.726	369.374
Fluxos de caixa	(44.019)	(74.966)
Juros provisionados	21.341	36.326
Adição por aquisição	46.580	1.816
Novos arrendamentos	26.395	-
Baixas	(208.038)	(68.424)
Saldo em 31 de dezembro	105.985	263.726

Taxa incremental

Utilizamos a taxa incremental como critério para os cálculos dos ativos e passivos que estão no escopo do IFRS 16/CPC 06 (R2) por entendermos que a taxa utilizada representa o fluxo de caixa mais próximo do real e está alinhada com as características dos contratos.

A tabela a seguir demonstra as taxas utilizadas pela Companhia:

Prazos	Taxa ao ano (%)
1 ano	8,33%
2 anos	9,11%
3 anos	9,81%
4 anos	10,30%
5 anos	10,64%
De 6 a 10 anos	11,41%
De 11 a 15 anos	11,55%
Acima de 16 anos	11,63%

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia e suas controladas aplicam a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de centros de distribuição e demais imóveis (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplicam a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do contrato.

13. Fornecedores

13.1 Fornecedores e operações de risco sacado

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fornecedores (a)	337.402	86.689	349.757	116.835
Risco sacado (b)	-	31.443	-	33.736
	337.402	118.132	349.757	150.571
Passivo circulante	337.402	109.751	349.757	140.272
Passivo não circulante	-	8.381	-	10.299

- (a) Valor inclui saldo a pagar de credores não-financeiros, revisados em função do processo de pedido de Recuperação Extrajudicial.
- (b) A Companhia possuía contratos firmados com bancos para estruturar com os seus fornecedores estratégicos e prestadores de serviço de frete a operação denominada "risco sacado", com o objetivo de facilitar o fluxo financeiro destes parceiros.

14. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Impostos federais sobre a receita	18.422	47.974	53.911	122.616
Impostos federais sobre serviços de terceiros	1.273	9.569	4.809	25.331
IRPJ e CSLL	-	8.612	5.173	11.087
	19.695	66.155	63.893	159.034

14.1 Parcelamentos fiscais

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Parcelamento fiscais (a)	43.630	58.355	70.730	84.644
	43.630	58.355	70.730	84.644
Circulante	9.311	18.524	20.294	26.966
Não circulante	34.319	39.831	50.436	57.678

(a) A Companhia aderiu a planos de parcelamentos com vencimento em até 60 meses para quitação de impostos Municipais, Estaduais e Federais que foram homologados no pagamento da primeira parcela.

A abertura do saldo por esfera pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Federal	14.768	35.500	21.129	51.897
Estadual	28.862	21.758	49.601	31.501
Municipal	-	1.097	-	1.246
	43.630	58.355	70.730	84.644

Os montantes registrados no passivo não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
2026		9.187		14.983
2027		8.968		13.858
2028		8.601		11.884
De 2029 em diante		7.563		9.711
		34.319		50.436

14.2 Outros passivos tributários

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Outros passivos tributários (a)	86.153	-	171.538	-
	86.153	-	171.538	-

(a) A Companhia aderiu a planos de parcelamentos com vencimento em até 60 meses para quitação de impostos Municipais, Estaduais e Federais, porém alguns valores ainda não foram incluídos nos parcelamentos ou estão em processo de homologação pelo Fisco. Desta forma, foram classificados como Outros passivos tributários.

14.3 Obrigações trabalhistas

Os salários e benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição à remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e opção de participação no plano de pagamento baseado em ações. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício à medida que são incorridos.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Encargos sociais	18.450	21.671	24.401	31.725
Processos trabalhistas a pagar	7.465	262	8.786	900
Salários a pagar	7.384	3.912	9.178	5.310
Provisão para férias e 13º salário	5.045	10.585	11.277	14.346
	38.344	36.430	53.642	52.281

15. Provisão para demandas judiciais

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Perdas prováveis	51.574	15.562	302.372	174.309
Passivos contingentes	-	1.385	-	6.251
	51.574	16.947	302.372	180.560

15.1. Perdas prováveis

A Companhia e suas controladas, com base em informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes constituem provisão, em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso.

O cálculo dos valores de contingência trabalhista considera as decisões dos processos trabalhistas que podem ser procedentes, procedentes em parte ou improcedentes. Para a decisões desfavoráveis à Companhia, a classificação é de perda provável, com provisionamento de 100% do valor da condenação. Os processos ainda sem decisão são classificados como possíveis, e os processos com decisões favoráveis à Companhia são classificados como remotos.

A movimentação das contas de provisões para demandas judiciais para cobrir riscos prováveis apresenta-se conforme segue:

	Controladora			
	Trabalhista	Cível	Tributária	Total
Saldo Em 1º de janeiro de 2023	3.171	820	-	3.991
Pagamento de processos	(1.785)	-	-	(1.785)
Complemento/(reversão) de provisão	9.559	2.830	967	13.356
Saldo em 31 de dezembro de 2023	10.945	3.650	967	15.562
Complemento/(reversão) de provisão	7.461	2.379	26.172	36.012
Saldo em 31 de dezembro de 2024	18.406	6.029	27.139	51.574

	Consolidado			
	Trabalhista	Cível	Tributária	Total
Saldo Em 1º de janeiro de 2023	7.440	19.570	6.951	33.961
Pagamento de processos	(3.406)	-	-	(3.406)
Complemento/(reversão) de provisão	14.829	(916)	129.841	143.754
Saldo em 31 de dezembro de 2023	18.863	18.654	136.792	174.309
Complemento/(reversão) de provisão	19.775	(4.345)	111.533	126.963
Adição por incorporação	1.100	-	-	1.100
Saldo em 31 de dezembro de 2024	39.738	14.309	248.325	302.372

A seguir apresenta-se um resumo das principais ações:

Provisões trabalhistas

A Companhia e suas controladas, em 31 de dezembro de 2024, são partes em 1.326 reclamações trabalhistas (1.879 em 31 de dezembro de 2023) movidas por ex-colaboradores, prestadores de serviços e motoristas, cujos pedidos se constituem em pagamentos de verbas rescisórias, eventual doença ocupacional, adicionais salariais, horas extras e verbas devidas em razão da responsabilidade subsidiária e discussão acerca do reconhecimento de eventual vínculo empregatício. As provisões são revisadas periodicamente com base na evolução dos processos para refletir a melhor estimativa corrente.

O aumento da provisão entre 2023 e 2024 se deu em virtude do ajuste na forma de provisionamento pela Companhia, que passou a provisionar 100% dos valores liquidados nas decisões desfavoráveis à Companhia. O método anterior de provisionamento considerava média histórica de pagamentos e a realização de acordos, que possibilitavam deságios no desembolso, o que não vem mais acontecendo com frequência, em virtude da situação de caixa da Companhia.

Provisões cíveis

Os processos cíveis são movidos, em sua maioria, por consumidores com pedido de indenização por inconsistências em entregas realizadas ou danos aos produtos entregues, bem como por fornecedores que, de modo geral, alegam suposto inadimplemento contratual.

Provisões tributárias

As contingências tributárias referem-se, substancialmente, a discussões sobre informações em obrigações acessórias e nas bases de cálculo dos impostos, como, por exemplo, julgamento utilizado pela administração sobre o conceito de insumos que geram créditos de PIS e COFINS; bem como suposto não recolhimento de tributos incidentes sobre as operações da Companhia, com preponderância nos âmbitos federal e estadual.

O aumento da provisão entre 2023 e 2024 se deu em virtude da situação de caixa da Companhia, bem como do trabalho de conciliação que a Companhia vem fazendo para fins de transacionar o passivo tributário junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

15.2. Perdas possíveis

A Companhia possui ações de natureza trabalhista, cível e tributária, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base em avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão contábil constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Trabalhista	2.861	12.164	5.903	22.118
Cível	22.229	92.501	53.814	138.469
Tributária	27.204	11.196	106.740	63.128
	52.294	115.861	166.457	223.715

A seguir apresenta-se um resumo das principais ações:

Trabalhistas

Os pedidos se constituem em pagamentos de verbas rescisórias, eventual doença ocupacional, adicionais salariais, horas extras e verbas devidas em razão da responsabilidade subsidiária e discussão acerca do reconhecimento de eventual vínculo empregatício.

Cíveis

Os processos cíveis são movidos em sua maioria por consumidores com pedido de indenização por inconsistências em entregas realizadas ou danos aos produtos entregues e pedidos de revisão de cláusulas contratuais de prestadores de serviços.

Tributárias

As contingências tributárias referem-se, substancialmente, a discussões sobre informações em obrigações acessórias e nas bases de cálculo dos impostos, como, por exemplo, julgamento utilizado pela administração sobre o conceito de insumos que geram créditos de PIS e COFINS; bem como suposto não recolhimento de tributos incidentes sobre as operações da Companhia, com preponderância nos âmbitos federal e estadual

15.3. Depósitos e bloqueios judiciais

A movimentação dos depósitos e bloqueios judiciais pode ser assim apresentada:

	Controladora			Consolidado		
	Cível	Trabalhista	Total	Cível	Trabalhista	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	186	2.743	2.929	1.311	15.609	16.920
Depósito	-	10.710	10.710	-	17.251	17.251
Pagamento/ baixa	-	-	-	(577)	-	(577)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	186	13.453	13.639	734	32.860	33.594

16. Outros passivos

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Provisão para custos e despesas (a)	22.371	20.406	38.068	23.618
Provisão para partes relacionadas	9.756	1.805	7.662	-
Contas a pagar	9.204	20.000	47.223	20.000
Adiantamentos diversos	-	-	1.652	-
Outros	1.789	-	2.513	1.537
	43.120	42.211	97.118	45.155
Circulante	43.120	42.211	95.892	45.155
Não circulante	-	-	1.226	-

(a) Trata-se de provisões que foram mensuradas conforme a melhor estimativa apurada pela Administração e ainda terão o valor aprovado após a conclusão da prestação

17. Patrimônio líquido

17.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia era de R\$1.002.385 (R\$915.155 em 31 de dezembro de 2023), composto por 22.805.854 ações ordinárias nominativas e sem valores nominais (351.837.605 em 2023), totalmente integralizadas e pode ser assim apresentado:

	Ações	Participação
Ações com acionistas de referência	6.808.707	29,9%
Ações em circulação	15.997.147	70,1%
Saldo em 31 de dezembro de 2024	22.805.854	100,0%

A movimentação do capital social pode ser assim apresentada:

	R\$	Ações
5 de janeiro de 2024 (a)	26	1.182
14 de fevereiro de 2024 (a)	40.724	1.851.081
14 de março de 2024 (a)	161	7.303
14 de março de 2024 (a)	130	31.000
14 de maio de 2024 (a)	141	33.500
13 de junho de 2024 (b)	11.343	515.594
13 de junho de 2024 (b)	34	8.000
12 de julho de 2024 (b)	11.151	506.863
12 de julho de 2024 (b)	68	16.250
6 de setembro de 2024 (b)	283	195.000
13 de setembro de 2024 (c)	17.884	1.660.012
14 de outubro de 2024 (c)	229	158.224
14 de outubro de 2024 (c)	3.294	149.803
8 de novembro de 2024 (c)	1.757	79.877
10 de dezembro de 2024 (c)	5	286
	87.230	5.213.975

- (a) O Conselho de Administração aprovou o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, por subscrição particular, para atender aos exercícios de opções de compra de ações da Companhia, no âmbito do Primeiro Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações.
- (b) O Conselho de Administração aprovou o aumento de capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, por subscrição privada, conforme deliberação aprovada em 24 de abril de 2023.
- (c) O aumento de capital, dentro do limite do capital autorizado, se deu em atendimento às comunicações de conversão da 4ª emissão de debêntures mandatoriamente conversíveis em ações, conforme nota 17.4.

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$2.433.080 por deliberação do Conselho de Administração.

A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor de seus administradores e empregados, podendo esta opção ser estendida aos administradores e empregados das controladas pela Companhia, direta ou indiretamente ou a ela coligadas, ou ainda, a prestadores de serviços ou terceiros que a Administração entender adequado.

17.2. Reserva de incentivos fiscais

A Companhia possui crédito presumido de ICMS no montante de 20% sobre o valor do débito do imposto, nos termos do Convênio CONFAZ ICMS 106/1996. Até 31 de dezembro de 2024, o montante de R\$ 9.969 (R\$9.969 em 31 de dezembro de 2023) foi reconhecido como subvenção de investimento, por meio da Lei Complementar nº 160/2017 e destinado para reserva de incentivos fiscais, nos termos do artigo 195-A da Lei nº 6.404/76. Como a Companhia não apresentou lucros em 2024, não foi constituída reserva para o benefício de incentivo fiscal no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

17.3. Plano de pagamento baseado em ações

A Companhia concede a seus principais executivos, administradores e empregados opção de participar no plano de pagamento baseado em ações.

O custo de transações liquidadas com ações é mensurado com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, eventos futuros, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As despesas dessas transações devem ser reconhecidas no resultado (rubrica “despesas com pessoal”) durante o período em que o direito é adquirido (período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas) em contrapartida da reserva de pagamentos baseados em ações, no patrimônio líquido.

Os planos de pagamento baseado em ações da Companhia têm por objeto a outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia aos participantes com o objetivo de atrair, motivar e reter executivos-chave.

Em AGE de 15 de setembro de 2020, foi aprovado o Segundo Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia (“Plano 2”), ficando o Conselho de Administração e a Diretoria autorizadas a tomar as medidas necessárias para a implantação desse plano. Em 9 de outubro de 2023, o Conselho de Administração aprovou alterações no Plano 2 e as outorgas realizadas foram revogadas, haja visto que nenhuma outorga foi exercida, e novas outorgas foram concedidas visando substituir as outorgas revogadas.

Em 6 de setembro de 2024, o Conselho de Administração aprovou alterações no Plano 2 alterando o valor de exercício para R\$ 1,45 mediante pagamento de prêmio de R\$ 0,05. As principais características são as seguintes:

Limite de 10% do total de ações ordinárias

Período de *vesting*: 25% no primeiro aniversário, 25% no segundo aniversário, 25% no terceiro aniversário e 25% no quarto e último aniversário ou baseado em metas.

Preço de exercício: R\$1,45

Prêmio pago pelo beneficiário: R\$ 0,05

Prazo extintivo: 4 anos a partir da data de outorga ou em caso de término do vínculo empregatício por vontade do beneficiário, o optante terá 30 dias para o exercício de suas opções *vested*; em caso de desligamento por vontade da Companhia por justa causa, as opções serão consideradas automaticamente extintas; em caso de desligamento por vontade da Companhia sem justa causa, o beneficiário terá 6 meses para o exercício das opções *vested*.

A Companhia não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada (“*constructive obligation*”) de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro. O valor justo das opções concedidas foi calculado separadamente pelo tipo de opção, considera o “tempo de permanência do executivo” e utilizou-se o modelo de avaliação contínuo de *Black & Scholes*. A substituição das outorgas gerou impactos no aumento do valor justo das opções, dado que ocorreu benefício aos outorgados, conforme previsto pelo CPC 10 – Pagamento base em ações.

As principais informações relativas ao Plano 2 estão resumidas a seguir:

Quantidade de opções								
Data da outorga	1ª data de exercício	Data de expiração	Preço de exercício	Valor justo	Limite de outorga	Exercida	Expirada	Limite em vigor
Out/24	Mar/25	Out/28	R\$1,45	R\$1,90	2.805.000	-	-	2.805.000
					2.805.000	-	-	2.805.000

O pronunciamento técnico CPC 10/IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações determina que os efeitos das transações de pagamentos baseados em ações estejam refletidos no resultado da Companhia. A despesa registrada no resultado da controladora em 2024 foi de R\$1.314 (R\$2.077 no mesmo período de 2023).

17.4. Debêntures conversíveis

Debêntures conversíveis

A Companhia emitiu debêntures mandatoriamente conversíveis em ações com as seguintes características:

	4ª emissão	6ª emissão	7ª emissão
Data de emissão	17 de outubro de 2023	22 de março de 2024	26 de agosto de 2024
Quantidade	341.546.000	396.134.589	131.598.000
Valor unitário	1.000	1	1.000
Total emitido – R\$	341.546	396.151	131.598
Primeira série – R\$	241.546	341.151	20.593
Integralização	Conversão de créditos detidos anteriormente	Conversão de créditos detidos anteriormente	Moeda corrente
Segunda série – R\$	100.000	55.000	111.005
Integralização	Moeda corrente	Moeda corrente	Conversão de créditos detidos anteriormente
Remuneração	Pré-fixado de 12,6825%	Pré-fixado de 12,6825%	
Vencimento	1º de janeiro de 2026	1º de janeiro de 2026	31 de dezembro de 2027

Para emissão das debêntures conversíveis, a Companhia teve o gasto de R\$187, o qual foi registrado em conta específica no Patrimônio líquido.'

A movimentação pode ser assim apresentada:

	Quantidade	Debêntures – R\$
Saldo em 1º de janeiro de 2024	231.634	224.947
Conversão em 14 de fevereiro de 2024	(39.209)	(40.724)
Conversão em 14 de junho de 2024	(10.500)	(11.348)
Conversão em 12 de julho de 2024	(10.220)	(11.151)
Conversão em 13 de setembro de 2024	(4.469)	(4.981)
Conversão em 13 de setembro de 2024	(12.183.444)	(12.902)
Conversão em 26 de setembro de 2024 para a 7ª emissão	(99.171)	(111.011)
Integralização da 7ª emissão	111.005	111.005
Conversão em 14 de outubro de 2024	(2.922)	(3.289)
Conversão em 14 de outubro de 2024	(4.748)	(5)
Conversão em 8 de novembro de 2024	(1.547)	(1.757)
Conversão em 10 de dezembro de 2024	(4.700)	(5)
Ações a emitir por aquisição de investimento	-	307.966
Transferência para instrumento de dívida	-	(91.836)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	384.116.891	354.909

Ações a emitir por aquisição de investimento

Conforme indicado na nota 7.2, o saldo a pagar pela aquisição da Move3 será quitado mediante a entrega de futuras novas ações de emissão da Companhia. Dado que os critérios de classificação contábil foram atendidos (relacionados, principalmente, com a impossibilidade do pagamento da dívida em caixa e quantidade de ações definida em contrato), essa dívida está sendo apresentada no patrimônio líquido.

17.5. Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício:

	Prejuízo básico	
	2024	2023
Prejuízo do exercício	(1.094.265)	(822.222)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação – em milhares	20.435	9.508
Resultado por ação básico – em R\$	(53,54850)	(86,48048)

O resultado por ação diluído é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas, referentes a opções de compra de ações e debêntures conversíveis e o potencial dilutivo dessas opções é representado por 3.826.614 ações (10.797.023 ações em 2023, pós agrupamento). Devido ao fato de a Companhia ter apresentado prejuízo para os exercícios findo em 31 de dezembro 2024 e 2023, as opções de compra de ações e as debêntures conversíveis não foram consideradas no cálculo por não haver efeito diluidor.

	Prejuízo diluído	
	2024	2023
Prejuízo do exercício	(1.094.265)	(822.222)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação – em milhares	20.435	9.508
Resultado por ação diluído – em R\$	(53,54850)	(86,48048)

18. Receita operacional líquida

A receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos de prestação de serviços celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos serviços, ou seja, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

Imposto sobre vendas

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos impostos descritos abaixo, e são apresentados líquidos da receita de vendas na demonstração do resultado:

- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 7,60%;
- Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%;
- Imposto Sobre Serviços (ISS) - 2% a 5%;
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) - 7% a 12%;
- Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta (CPRB) - 1,5%.

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos serviços prestados na demonstração do resultado. A seguir apresenta-se a reconciliação entre a Receita Bruta e a Receita Líquida:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Prestação de serviço de operação logística e transporte	174.899	687.197	882.837	874.348
Impostos incidentes	(19.312)	(99.490)	(113.821)	(129.607)
	155.587	587.707	769.016	744.741

19. Custos e despesas por natureza

Os custos e despesas operacionais são registrados na demonstração do resultado do exercício quando incorridos. O custo relacionado com a receita de prestação de serviços inclui os salários e encargos de pessoal, os custos com insumos, além da depreciação e amortização de ativos.

A reconciliação dos custos e despesas por natureza para os saldos apresentados na demonstração de resultado é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Gastos com:				
Distribuição e transporte (a)	(152.565)	(422.695)	(629.093)	(527.431)
Pessoal	(168.602)	(218.005)	(198.491)	(317.457)
Depreciação e amortização	(30.414)	(21.859)	(102.619)	(80.418)
Amortização - direito de uso	(31.844)	(48.186)	(40.908)	(70511)
Vendas	(51.495)	(8.787)	(98.263)	(11.250)
Provisão para perdas de crédito esperadas	28.408	(129.849)	46.025	(196.997)
Gerais e administrativas (b)	(246.199)	(42.688)	(281.125)	(56.387)
Provisão (reversão) para demandas judiciais (c)	(34.627)	(28.935)	(99.107)	(92.914)
Serviços de terceiros	(4.989)	(23.743)	(17.596)	(30.900)
	(692.327)	(944.747)	(1.421.177)	(1.384.265)
Apresentados como:				
Custos dos serviços prestados	(298.138)	(627.939)	(794.183)	(831.536)
Despesas comerciais, administrativas e gerais	(394.189)	(316.808)	(626.994)	(552.729)
	(692.327)	(944.747)	(1.421.177)	(1.384.265)

- (a) Referem-se a gastos com contratação de serviço de frete terceiro, combustível, pedágio e demais despesas relacionadas a prestação de serviço de transportes, pallets, caixas e demais insumos utilizados na administração dos centros de distribuição.
- (b) Referem-se a gastos com manutenções em centros administrativos, licenciamentos de softwares de gestão, locação de computadores, seguros administrativos, serviços de comunicação e demais gastos incorridos na gestão.
- (c) Houve baixa efetiva e reversão de provisão na controladora no monte de R\$ 49.947 e no consolidado no montante de R\$ 105.499 em 2024.

20. Outras receitas (despesas), líquidas e *Impairment* ágio

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<i>Impairment</i> de ágio (c)	(186.355)	-	(480.577)	-
Baixa de contrato de arrendamento (d)	24.096	-	24.096	-
Ajuste de preço (a)	-	8.943	-	(36.732)
Venda de investimento (vide nota 8.2)	17.600	(9.507)	17.600	(9.507)
Outras despesas e receitas (b)	38.079	(18.841)	13.739	(13.950)
	(106.580)	(19.405)	(425.142)	(60.189)

- (a) Em 2023, refere-se a um acordo realizado com os vendedores da Lotus, TA, Plimor e Prime, ambos formalizados após 12 meses da data de aquisição do investimento.
- (b) Em 2024, refere-se a resultado líquido na baixa de ativos e cancelamento de contratos de arrendamento.
- (c) Em 2024 a controladora realizou avaliação de *impairment* sobre os ágios nas controladas e reconheceu perdas sobre os respectivos ágios nas seguintes controladas: Sete Estradas no montante de R\$ 65.521, Lotus no montante de R\$ 34.379, Nowlog no montante de R\$ 22.842, Direcional Transportes no montante de R\$ 5.009, YEP Log no montante de R\$ 16.424 e YEP Tec. no montante de R\$ 194. No consolidado o montante das perdas reconhecidas sobre os ágios das empresas controladas foi de R\$ 196.008 na controlada Plimor e R\$ 120.011 na empresa Prime.
- (d) Em 2024, com base no plano de recuperação extrajudicial a administração do Grupo tomou a decisão de encerrar alguns contratos de arrendamento de unidades logísticas e concentrar as operações em locais próprios.

21. Receitas e despesas financeiras

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica “Receita financeira” nas demonstrações do resultado.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Juros sobre passivo de arrendamento	(17.196)	(28.735)	(17.938)	(34.606)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(93.680)	(97.901)	(121.284)	(98.619)
Juros sobre outros passivos	(14.813)	(42.162)	(23.094)	(77.393)
Resultado líquido de instrumentos financeiros (swap)	(1.697)	(15.351)	-	(15.351)
Efeito de conversão da dívida em debêntures conversíveis	(13.039)	-	(3.707)	-
Despesas bancárias	-	-	(5.526)	-
Rendimento sobre aplicações financeiras	-	3.800	2.747	3.847
Atualização sobre créditos tributários	154	-	90	-
Descontos obtidos	913	1.640	1.080	2.926
Outras receitas (despesas) financeiras	(23.780)	(18.007)	(29.976)	(27.680)
	(163.138)	(196.716)	(197.608)	(246.876)

22. Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados pelo valor recuperável esperado ou a pagar para às autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor, nas datas dos balanços.

A tributação sobre a renda compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”), sendo calculada no regime do lucro real (lucro ajustado) segundo as alíquotas aplicáveis na legislação em vigor: 15% sobre o lucro real e 10% adicionais sobre o que exceder R\$240 do lucro real por ano, somente no caso do IRPJ, e 9%, no caso da CSLL.

Imposto de renda e contribuição social - diferidos

O imposto de renda diferido ativo e passivo é reconhecido com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos, utilizando as alíquotas em vigor.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía prejuízos fiscais acumulados e constituiu imposto de renda e contribuição sociais diferidos até o limite no qual sua realização é provável em futuro previsível, incluindo o pedido de transação individual junto a PGFN.

A composição do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos podem ser assim apresentados:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Prejuízo fiscal e base negativa	167.853	167.853	167.853	167.853
Provisão para demandas judiciais	17.175	5.012	78.459	41.111
Provisão para perdas no valor recuperável do contas a receber	4.710	16.806	8.738	24.025
Diferenças Temporárias - Alocações Intangível	26.268	21.096	47.600	42.429
Diferenças Temporárias – Ágio fiscal	(33.203)	(32.288)	(69.840)	(68.925)
Passivo de arrendamento	23.612	20.696	33.121	29.960
Instrumentos financeiros derivativos	-	10.887	-	10.887
Crédito extemporâneo	(2.242)	(2.241)	(5.936)	(6.611)
Ativo diferido	204.173	207.821	259.995	240.729
Passivo diferido	-	-	(15.700)	-

A movimentação dos impostos diferidos pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial	207.821	90.103	240.729	112.843
Movimentações com impacto no resultado:				
Prejuízo fiscal e base negativa	-	101.189	-	101.189
Diferenças temporárias	(3.648)	16.529	3.566	26.697
	(3.648)	117.718	3.566	127.886
Saldo final	204.173	207.821	244.295	240.729

O quadro a seguir é uma reconciliação da despesa tributária apresentada no resultado e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária nominal de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social sobre o lucro):

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Resultado antes dos impostos	(1.090.617)	(939.940)	(1.275.418)	(950.108)
Expectativa do imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal de 34%	370.810	319.580	433.642	323.037
Diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	(92.326)	(119.553)	(507)	(598)
Plano de pagamento baseado em ações	(447)	(708)	(447)	(709)
Reserva de incentivos fiscais	299	1.508	651	2.350
Diferido não constituído sobre prejuízos fiscais	(215.433)	(85.383)	(241.861)	(198.146)
Impairment de ágio	(55.668)	-	(163.114)	-
Perdas	(11.424)	-	(27.610)	-
Diferido não constituído sobre diferenças temporárias	-	-	(3.843)	-
Reversão de crédito diferido	(2.241)	-	(2.241)	-
Outras diferenças permanentes	2.782	2.274	2.356	1.952
Efeito no resultado	(3.648)	117.718	(2.974)	127.886
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	(6.540)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	(3.648)	117.718	3.567	127.886
Taxa efetiva	0,3%	13%	0,2%	13%

Em 28 de outubro de 2024, a Companhia protocolou pedido de revisão da capacidade de pagamento e de transação da dívida fiscal em aberto na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN e na Receita Federal do Brasil totalizando R\$ 433.069 naquela data. A Companhia solicita a concessão de descontos sobre juros e multa, bem como a utilização de prejuízos fiscais e bases negativas para liquidação de parte do saldo remanescente.

Em 19 de março de 2025, a juíza homologou o plano de recuperação extrajudicial e o montante total, que após ajustes dos valores, atingiu R\$ 328.743.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía prejuízos fiscais acumulados e constituiu imposto de renda e contribuição sociais diferidos até o limite no qual sua realização é provável em futuro previsível, incluindo o pedido de transação individual junto a PGFN.

23. Transações com partes relacionadas

Transações comerciais

A Companhia mantém transações com partes relacionadas no curso normal de seus negócios representadas por compra e venda de serviços contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, levando-se em consideração a redução de risco de perdas. Transações com controladas, quando aplicável, são eliminadas no consolidado e no cálculo de equivalência patrimonial.

	Controladora		
	Passivo Fornecedores	Passivo Outros passivos	Custo
Transportadora Americana	11.132	2.130	(8.762)

Compartilhamento de despesas

A Companhia possui acordo com as controladas visando o compartilhando de certas despesas corporativas arcadas inicialmente pela Companhia e posteriormente reembolsadas pelas controladas.

	Controladora		
	Ativo	Passivo	Despesas administrativas
Transportadora Americana	13.611	(9.638)	-
GHSX	2.996	-	2.996
	16.607	(9.638)	2.996

Transações financeiras

A Companhia possui saldo a pagar decorrente de transações financeiras entre partes relacionadas, sem prazo, garantia ou incidência de juros ou correção monetária, conforme a seguir:

	Controladora		
	Ativo	Passivo	Resultado
Transportadora Americana	-	(92.735)	-
ILGJ	-	(15.431)	-
Drops	-	(212)	-
Flash	-	(17.260)	-
Carrier	69	-	-
	69	(125.638)	-
Circulante	-	(1.525)	-
Não circulante	16.676	(133.751)	-

Remuneração do pessoal-chave da Administração

	2024	2023
Remuneração direta	5.955	6.646
Plano de pagamento baseado em ações e benefícios	1.451	2.088

24. Cobertura de seguros

Descrição da cobertura	Cobertura em R\$ (000)
Incêndio, raio, explosão ou implosão, vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo ou fumaça, desmoronamento, movimentação interna e alagamento ou inundação	317.805
Impacto de veículos terrestres, queda de aeronaves, engenhos aéreos ou espaciais	47.058
Lucros cessantes	69.638
Responsabilidade civil	177.333
Roubo ou de bens, mercadorias ou valores	5.200
Perda ou pagamento de aluguel	11.750
Derrame ou vazamento de chuveiros auto (<i>sprinklers</i>) e hidrantes	4.000
Remoção de entulho	3.000
Danos morais, danos materiais ou corporais (acidente de veículos)	2.300
Danos elétricos	5.770
Equipamentos estacionários, móveis e eletrônicos	2.250
Tumulto, greve ou <i>lock-out</i>	117
Quebra de vidros e anúncios luminosos	220
Recomposição de registros ou documentos	120

Os veículos possuem seguro com cobertura de 100% do valor do veículo considerado na tabela FIPE.

As premissas adotadas para a avaliação da importância segurada e riscos contidos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

25. Transações que não afetam caixa

As seguintes transações não afetaram o caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Recuperação extrajudicial	(113.717)	-	(113.717)	-
Debêntures conversíveis	549.051	-	549.051	-
Impairment de ágio (intangível)	(164.558)	-	(480.577)	-
Provisões para contingências	(36.012)	-	(126.963)	-
Baixa efetiva de contas a receber	(49.947)	-	(42.809)	-
Ajuste de preço por aquisição de controlada	-	(8.943)	-	(20.091)
Novos contratos de arrendamento	1.759	1.733	4.298	1.816
Contingências de caráter indenizatório	-	(15)	-	(379)

26. Eventos subsequentes

Venda da MRR Logistics Solutions

A Sequoia Logística e Transportes S.A. concluiu a venda da MRR Logistics Solutions, Unipessoal Ltda. ("Moove Portugal") para o seu administrador por € 1,00 (R\$ 5,96 (cinco reais e noventa e seis centavos)). A Moove Portugal iniciou as suas operações em 2020, possuindo atualmente 8 funcionários em um galpão alugado com 2.000 m2 de área construída. A empresa em Portugal registrou receita líquida de apenas € 486.705,00 no ano de 2024 (R\$ 3.132 aproximadamente), não apresentando lucratividade naquele exercício. Um laudo de avaliação independente concluiu que o valor justo dessa empresa é € 10.582,99 (R\$ 35 aproximadamente) e estudos quanto ao custo de encerramento das atividades e liquidação da empresa foram estimados em € 143.933,93 (R\$ 858 aproximadamente), incluindo desligamentos, multas contratuais e desmontagem do galpão. Visando focar nas integrações e nas operações do Grupo Move3 Sequoia no Brasil, a administração aprovou a venda para o atual administrador em 7 de fevereiro de 2025.

Incorporação da JHO Administração e Participações

Em 1º de janeiro de 2025, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da Transportadora Americana, a incorporação da JHO Administração e Participações. O principal objetivo desta operação foi proporcionar ganhos operacionais para as empresas. O acervo líquido incorporado está demonstrado a seguir:

	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Acervo líquido incorporado
JHO	1.308	29.523	(721)	(22.515)	7.595

Incorporação das empresas Levoo Tecnologia e Serviços de Informação do Brasil e Rodoe Transportes de Encomendas

Em 1º de janeiro de 2025 foi aprovada conforme alteração contratual da Carriers Logística e Transporte, a incorporação das empresas Levoo Tecnologia e Serviços de Informação do Brasil e Rodoe Transportes de Encomendas. O principal objetivo desta operação foi proporcionar ganhos operacionais para as empresas. O acervo líquido incorporado está demonstrado a seguir:

	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Acervo líquido incorporado
Levoo	976	34	(405)	(203)	403
Rodoe	1.168	832	(4.091)	(500)	(2.592)

Encerramento das atividades da M3

Em 18 de fevereiro de 2025 foi efetuado o encerramento das atividades da M3 Pagamentos Ltda. Em alinhamento com o plano da Administração de promover a reestruturação administrativa com o objetivo da melhoria dos resultados da Companhia.

Encerramento das atividades da SF 350 Ltda.

Em 3 de março de 2025 foi efetuado o encerramento das atividades da SF 350 Ltda. Em alinhamento com o plano da Administração de promover a reestruturação administrativa com o objetivo da melhoria dos resultados da Companhia.

Plano de recuperação extrajudicial

Em 24 de março de 2025, foi publicada a decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que homologou o Plano de Recuperação Extrajudicial da Companhia, o qual envolveu a oferta de 5 opções aos credores para a liquidação das obrigações registradas no balanço de 31 de dezembro de 2024, sendo os valores foram alocados às opções da seguinte forma:

Opções	Liquidação	Limite	Realizado
Opção 1	Conversão em ações	110.000	102.571
Opção 2	Carência 5 anos	Sem limite	147.087
Opção 3	30% alongado	10.000	23
Opção 4	50% alongado	64.000	62.080
Opção 5	30% à vista	17.000	16.982
	Total		328.743

Uma vez homologado o Plano de Recuperação Extrajudicial, a Companhia registrou os seguintes lançamentos em sua contabilidade:

1. Redução de R\$ 297.486 do saldo de fornecedores a pagar no curto prazo, sendo:
 - i. R\$ 145.409 redução nas obrigações envolvendo pagamentos; e
 - ii. R\$ 152.077 de transferência de curto para o longo prazo
2. Aumento do capital social em R\$ 104.572.
3. Descontos obtidos de R\$ 42.838 classificados no resultado financeiro.
